



**VII Congresso Internacional do
Núcleo de Estudos das Américas**

**Globalização e o Futuro da Democracia
Crises • Rumos • Desafios**

LIVRO DE RESUMOS

**Organizadores:
Prof^a Dr^a Maria Teresa Toribio B. Lemos
Prof^o Dr^o Alexis T. Dantas**

Apoio







**VII Congresso Internacional do
Núcleo de Estudos das Américas
Globalização e o Futuro da Democracia
Crises – Rumos – Desafios**

Livro de Resumos

22 a 26 de Março de 2021







Programação

Cerimônia de Abertura

Dia 22/03/2021 – 14:00h

Conferencista: Prof^o Dr. Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey – México

Apresentação Cultural

Dia 22/03/2021 – 16:00h

Apresentação de José Silva – Cuca

Conferência de Encerramento

Dia 26/03/2021 – 14:00h

Conferencista: Bojana Kovacevic Petrovic – Universidad de Novi Sad,
Serbia



Simpósios

Dia 23/03/2021

Horário: 14:00h às 17:00h

COM 1 – Mídia e Emoções

Coordenadores:

Profº Dr. João Freire Filho – ECO – UFRJ

Profª Drª Leticia Cantarela Matheus – PPGCOM – UERJ

DIR 1 – Conflitos Socioambientais, Direitos Humanos e Movimentos sociais

Coordenadores:

Profª Alessandra Dale Giacomini Terra – PPGSD/UFF

Profª Drª Andreza A. Franco Câmara – UFF

Profª Maria José Andrade de Souza – UFF

RI 1 – Derechos humanos y relaciones internacionales: nuevos desafíos en Democracias en crisis

Coordenadores:

Profº Dr. Carlos Juárez Centeno – Universidad Nacional de Córdoba y Universidad Blas Pascal

Profª Drª E. Susana Borgarello – Universidad Nacional de Córdoba y Universidad Blas Pascal

Dia 24/03/2021
Horário: 14:00h às 17:00h

COM 2 – Comunicação, Arte e Cidade

Coordenadores:

Prof^a Adelaide Rocha de la Torre Chao – UERJ

Prof^o Eduardo Bianchi – Universidade Veiga de Almeida – UVA

ECON 2 – Pacto Federativo e Território

Coordenadores:

Prof^a Dr^a Angela M. S. Penalva Santos – UERJ

Prof^o Dr. Pedro Vasques – UNICAMP

Dia 25/03/2021
Horário: 14:00h às 17:00h

**CULT 1 – Narrativas, mitos e cosmovisões –
América Latina das Tradições à Modernidade.**

Coordenadores:

Prof^a Dr^a Maria Teresa Toribio Brittes Lemos – NUCLEAS / UERJ

Prof^o Óscar Barboza Lizano – Universidad de Varsóvia/ Universidad Nacional de Costa Rica.



ECON 3 – Desafios da América Latina de Inserção na Economia Global Digital

Coordenadores:

Prof^o Dr. Fernando José Pereira da Costa – Pesquisador

Prof^o Dr. Manoel Gonçalves Rodrigues – Universidade Estácio de Sá – UNESA

HIST 2 – Pensamento crítico latino – americano: diálogos possíveis entre História, Literatura, Memória e Patrimônio.

Coordenadores:

Prof^o Dr. César Martins de Souza – UFPA

Prof^a Dr^a Ximena Antonia Díaz Merino – UFRRJ

POL 1 – O Papel da Rede Pró – Rio: Debate e Ação Pública sobre o Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro.

Coordenador:

Prof^o Dr. Bruno Leonardo Barth Sobral – FCE

Mesas – Redondas

Dia 23/03/2021
Horário: 09:00h às 12:00h

MR – 4 – Questão Indígena: Problemas Atuais

Coordenador:

Juliano Gonçalves da Silva

Participantes:

Gabriel Gomes Siqueira – UERJ

Julio Quevedo – UFSM

José Bessa Freire – UERJ

MR – 16 – Direitos Humanos – Família – Violência

Participantes:

Carlos Augusto Marinho de Menezes – UERJ

Ibis da Silva Pereira – PPGH/UERJ

Oswaldo Munteal Filho – UERJ

MR – 17 – América Latina – Antropoceno, meio ambiente e educação

Coordenadora:

Edna Maria dos Santos – UERJ

Participantes:

Lia Faria – Faculdade de Educação

Washington Denner – Faculdade de Educação

Dia 23/03/2021

Horário: 14:00h às 17:00h

MR – 2 – Economia e Globalização

Coordenador:

Álvaro Martins Parada – UNA/Costa Rica

Participantes:

Jelena Spasojevic – AHS – Escuela Internacional de Verano de Estudios Latinoamericanos..

Katarzyna Dembicz – Universidad de Varsovia/Polônia

Robson Reynaldo de Almeida Vieira – UERJ

MR – 3 – América Latina e Caribe: Pensamento Político, Econômico, Social e Cultural

Coordenadora:

Maria Teresa Toribio B. Lemos – UERJ

Participantes:

Adalberto Santana – UNAM

Johannes Maerk – IDEAZ/Áustria

Oscar Barboza Lizano – UNA/Costa Rica

Oxana Katysheva – LACRUS

Dia 24/03/2021
Horário: 09:00h às 12:00h

MR – 6 – Pobreza urbana, segregação residencial e qualidade de vida

Coordenadores:

Adrián Omar Drake – Córdoba, Argentina
Alexandre Belmonte – UERJ
Alexis Toribio Dantas – UERJ
Adriana Lessa, GRBC Fala Meu Louro.

MR – 12 – Gênero – Transgênero – Direitos e Orientação Sexual

Conferencista:

Dr^a Amanda Athayde

Participante:

Nevesmar Taques de Souza – IEDES

MR – 15 – Movimento Anticapitalista nas Américas: Uma Luta das Mulheres.

Participantes:

Mariana Gainza – UBA, membro da CONICET;
Viviana Ribeiro – PUC – Rio
Viviane Magno – PUC – Rio

Dia 24/03/2021
Horário: 14:00h às 17:00h

MR – 1 – Processos Migratórios – novos conceitos e novas possibilidades

Moderadora:

Profª Maria Teresa Toribio B. Lemos – UERJ

Participantes:

Profª Esther Susana Borgarello – Universidad Nacional de Córdoba y Universidad Blas Pascal

Profº Johannes Maerk – IDEAZ/Univ. Viena

Profª Dr.ª Cristina Retta S. von Römer – Instituto Cervantes de Berlin

MR – 11 – Refúgio – Imigração – Exílio: Ações Humanitárias e Leis de Imigração

Coordenador:

Jean Cezar Dittz – UniLaSalle

Participantes:

Johannes Maerk – IDEAZ/Áustria

Katarzyna Dembicz – Universidad de Varsovia/Polônia

Oxana Katysheva – LACRUS

Ayman Esmandar – Universidade de Damasco/Síria

Dia 25/03/2021
Horário: 09:00h às 12:00h

MR – 7 – Loucura, Sociedade e Alienação

Coordenadores:

José Firmino Nogueira Neto – UERJ

Ronaldo Martins Lauria – UERJ

Participantes:

Nilo do Valle – UERJ

Paulo Roberto Pavão – UERJ

Victor Vargas Gonzalez – UNA/Costa Rica

MR – 10 – Valongo – Arqueologia e Atualidade

Coordenador:

Reinaldo Tavares – IPN – Instituto Pretos Novos /Museu Nacional

Participantes:

Adelci Silva dos Santos – PPGH/UERJ

Evelyne Azevedo – UERJ

Haidar Abu Talib – IPN – Instituto Pretos Novos – IPN

**MR – 18 – América Latina na Encruzilhada –
Lawfere, Guerra Híbrida e Jornalismo de Guerra**

Moderador:

Roberto Santana Santos – UERJ

Participantes:

João Claudio Platenik Pitillo – NUCLEAS/UERJ

Luis Eduardo Mergulhão Ruas – UERJ

Maria del Carmen Villarreal Villamar – Universidad Complutense de Madrid.

Dia 25/03/2021

Horário: 14:00h às 17:00h

**MR – 8 – Fundación Andrzej Dembicz – Difusão da
Cultura Latinoamericana**

Coordenadora:

Katarzyna Dembicz – Universidad de Varsovia/Polônia

Participantes:

Alexis T. Dantas – UERJ

Dejan Mihailovic – TEC de Monterrey/México

Johannes Maerk – IDEAZ

Maria Teresa Toríbio B. Lemos – UERJ

Oscar Barboza Lizano – UW/Varsóvia e UNA/Costa Rica



MR – 9 – Segurança – Direitos Humanos – crime e exclusão

Conferencistas:

Alexandre Dumans – UCAM

Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo – Juiz de Direito

Participantes:

André Toribio Dantas – NUCLEAS/UERJ

Carlos Juarez Centeno – UNA/Argentina

MR – 14 – Meio ambiente, Populações indígenas e Queimadas

Coordenador:

Vitor Camacho – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Participantes:

Ana Claudia dos Santos da Silva – Museu Paraense Emilio Goeldi, Brasil

Ciro Reis – UERJ



Oscar Barbosa Lizano – UNA/Costa Rica

Djalma Nery – PSOL/São Carlos/SP

MR – 20 – Trajetórias da Revolução Cubana e desafios para o século XXI

Coordenador:

Luís Eduardo Mergulhão Ruas – Professor do Estado do Rio de Janeiro



Participantes:

Alberto Dias Mendes – Unigama e UERJ

João Claudio Platenik Pitillo – NUCLEAS/UERJ

Licia Hauer – ACMJ

Rodrigo Teixeira de Araújo dos Santos – ACMJ

Lançamento de Livros

Dia 25/03/2021

Horário: 18:00h



RESUMOS

SIMPÓSIOS

COM 1 – Mídia e Emoções

Coordenadores:

Profª Drª Leticia Cantarela Matheus – PPGCOM – UERJ

Profº Dr. João Freire Filho – ECO – UFRJ

EMENTA:

O simpósio pretende discutir a relação entre mídia e emoções, no contexto latino – americano, a partir de bases teórico – metodológicas plurais. O objetivo é compreender as sensibilidades políticas contemporâneas na América Latina, relacionando novos e antigos processos midiáticos de construção social das emoções. Busca entender mecanismos e efeitos de discursos de ódio, medo, e outras formas aversivas, a partir de das experiências de manifestações no continente na última década. Procura pensar mimetismos e mútuos atravessamentos regionais e globais desses discursos (pode ser também pela chave metodológica da narrativa). O simpósio abarca estudos sobre o atual processo de plataformação e de financeirização das emoções em sites e aplicativos de rede social, e seu impacto nos processos de subjetivação e nos modos de sociabilidade tecnologicamente mediada. Pretende pensar os jogos de imagem, ofensa e solidariedade, além do uso que movimentos sociais têm feito do discurso da empatia.

RESUMOS:

Exclusão pelo Medo no Rio de Janeiro: narrativas jornalísticas e construção de alteridades

Carlos Alberto Diniz dos Santos Filho – UERJ

No Rio de Janeiro, a divisão entre a cidade idealizada e a quilombada é estabelecida, entre outros fatores, pelo discurso do medo na grande mídia, que resgata os estereótipos presentes na memória coletiva e ajuda a estabelecê-los, construindo a figura do outro, o negro, como inimigo que não pode ter pleno acesso à cidade. Este artigo tem como objetivo discutir a cartografia da exclusão dos negros estabelecida nas narrativas jornalísticas, destacando o discurso do medo e a construção de alteridades nessas narrativas, buscando elos entre notícias do século XIX, logo após a Revolta dos Malês e a abolição da escravidão, e notícias de 2003 do jornal O Globo.

Bora compartilhar um ódio? Origens e efeitos do uso do discurso de violência em redes sociais de afeto.

Flávio Nehrer – PPGCOM – UERJ

Este artigo propõe analisar em que medida foi estabelecido um ambiente que permitisse uma livre expressão nos dispositivos digitais de sentimentos dos mais diversos, passando por solidariedade e ódio, compartilhamento e separação.

Após apresentação de alguns conceitos (visibilidade/ranqueamento de uma página; algoritmos e suas funções; e um pouco da lógica memética), e a partir das imbricações entre Comunicação, redes sociais de afeto e violência de discurso, buscaremos a base de interseção entre elas como características da política contemporânea, permeada por discursos às vezes vazios, mas seguidamente com carga sentimental.

As guerras culturais e sua apropriação nas redes sociais de afeto nos

Estados Unidos na década de 1990 foram uma espécie de camada necessária para difusão de uma prática de exacerbação dos sentimentos a partir de uma identidade nem sempre revelada, propícia para a potencialização de divergências culturais e políticas. Essas práticas pavimentaram o ressurgimento de políticos populistas, por vezes menos importantes que seus mentores, numa inusitada troca de posições entre criador e criatura.

Tal ambiência não é a única chave para decifrar, mas certamente ajuda a explicar a emergência de um capitalismo com práticas mais violentas, o capitalismo gore, talvez a aplicação mais cruel das sensibilidades políticas contemporâneas na região.

Problema com nome e rosto, mas sem solução? Femicídio, mídia e emoção

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos

O presente artigo analisa uma reportagem do programa Fantástico sobre os feminicídios ocorridos em 24 de dezembro de 2020, a noite de Natal. A investigação observa como a narrativa do semanário se utiliza do apelo às sensações e emoções do público, a partir do exame de duas dimensões: primeiro, a escolha da figura que ilustrou a reportagem e seu tratamento ao longo do texto de acordo com a imagem de vítima ideal; segundo, o modo como é feita a descrição e o enquadramento do crime pela narrativa jornalística. Foi possível perceber que, no caso analisado, o apelo à sensibilidade do espectador esteve aliado à utilização de estereótipos e lugares – comuns que corroboram a ideia – já existente no meio social – da violência contra a mulher como tragédia isolada, resultado de surtos de homens anormais cegos por suas emoções. Mesmo as fontes consideradas mais objetivas não foram utilizadas de maneira a permitir uma conscientização sobre o caráter social do problema, que foi enquadrado como uma questão nebulosa, exclusiva do meio jurídico e que permanece sem solução aparente. Esta insistência em empregar estereótipos sobre vítimas, agressores e violência contribui para conformar uma imagem distorcida da natureza cotidiana da opressão de gênero.

“Eu Tô Aqui Pra Zoar o Mundo”: Humor e discurso de ódio no Programa Pânico

Mariana Mendes de Carvalho – PPGCOM – UERJ

Este artigo busca investigar a utilização do humor disfarçado de ódio, através do deboche, da ironia e outras formas de comicidade, no Programa Pânico. Compreendendo o acionamento dessas emoções como uma estratégia para promover um engajamento midiático, foi realizada uma análise exploratória do programa de rádio entre março e setembro de 2020, com mais ênfase em dois programas gravados nos dias 22 e 29 de setembro. A partir de estudos que apontam para a importância da oralidade e das emoções no rádio, busca – se compreender a linguagem cômica como uma ferramenta facilitadora da propagação de discursos contra grupos minoritários e agentes políticos. Através de um discurso de desconfiança da política como um todo, o programa se utiliza dessa construção narrativa pelo ódio para a promoção de agendas políticas e morais. Dessa forma, o objetivo do trabalho é perceber as marcas emocionais do conteúdo do programa de rádio, em especial a relação entre humor e ódio na construção de um discurso ideologicamente direcionado no Programa Pânico.

COM 2 – Comunicação, Arte e Cidade

Coordenadores:

Prof^o Eduardo Bianchi – UVA

Prof^a Adelaide Rocha de la Torre Chao – UERJ

EMENTA:

A proposta deste simpósio é debater as relações que os atores sociais da sociedade contemporaneidade estabelecem com suas formas de

apresentação no mundo. Os campos de discussão estarão no (inter)cruzamento: *Comunicação, Arte e Cidade*. São múltiplos os fragmentos culturais que dão as “formas formantes” que compõem as distintas e transitórias territorialidades das cidades comunicacionais e seus sistemas vivos, praticados pelos “devires” nas reformulações dos espaços físicos e digitais. Destacamos os processos de criação e recriação, as potências que compõem os atores e seus corpos territórios. Propomos problematizar as sociabilidades atravessadas pelas distintas formas comunicacionais de experienciar as múltiplas vivências e suas práticas. Destacamos os valores das trocas, dos contágios, dos agenciamentos, portanto, das coisas e das pessoas em seus diferentes meios físicos e digitais. Nos interessa o pensamento crítico das fugas, importantes sistemas táticos que recorrem às brechas, astúcias de se colocar e evidenciar no mundo, assim como, destacamos a relevância de se observar os sistemas de controle, verticalidade e de estratégia que se impõem sobre as vidas. Os imaginários culturais da visualidade, da oralidade, da gestualidade e as performatividades dos atores sociais em suas cenas cotidianas, todos são marcas das experiências sensíveis que propomos problematizar. Os lugares de fala, dos usos, das produções e de ressignificações materiais e imateriais das culturas e suas formas criativas estarão em destaque nos debates.

RESUMOS:

As sensorialidades do campo de pesquisa: depoimentos do real e do indizível em experiências metodológicas na cidade.

Adelaide Cristina Rocha de la Torre Chao

O artigo apresenta reflexões sobre a observação participante como técnica metodológica de pesquisas em Comunicação, a partir de experiências vividas no cotidiano comum de bairros da zona norte da cidade do Rio de Janeiro e apresentadas na tese intitulada *Comida de Subúrbio: cultura, memória e comensalidade das yabás da Grande Madureira* (CHAO, 2020). O texto reflete a importância da sensorialidade como prática metodológica ao interpretar dados através da ambiência proporcionada

pelo campo de pesquisa – do real ao indizível, do concreto ao extraordinário, descritos a partir da sensibilidade e da compreensão do campo de pesquisa.

**Sem representação não há consumo: invisibilidade de mulheres
midsized nos e-commerces de vestuário**

Ana Carolina Felix Garrana Freijanes – UVA
Vania Oliveira Fortuna – UVA

Este trabalho propõe investigar a representação de mulheres midsized na publicidade de lojas de roupa online, bem como suas experiências de consumo. Para isso, apresentamos um diálogo teórico sobre questões que atravessam o nosso tema, dados apurados em dois e-commerces de vestuário e uma pesquisa mista realizada com 620 mulheres brasileiras. Constatamos que a falta de pluralidades corpóreas nesses ambientes aponta para uma invisibilidade cada vez menos tolerada pelo público feminino, o que influencia negativamente na percepção que a consumidora tem da marca.

**O Funk Carioca e a Cultura Como Recurso sob a ótica da
apropriação cultural**

Eduardo Bianchi – UVA
Juliana Gomes Marinho – UVA

Este artigo propõe – se debruçar sobre a cultura do funk, todo o seu surgimento e enraizamento nas camadas mais populares da sociedade, assim como a sua disseminação nas camadas mais altas, apresentando – o como uma manifestação cultural popular e relacionando com as formas de apropriação que o estilo musical sofreu por setores da classe média e elite financeira, tal como os meios de consumo, expressão e reprodução nos locais mais privilegiados da sociedade. Para embasar esta hipótese,

usa – se o conceito de cultura como recurso de George Yúdice, que tem como objetivo demonstrar a relação de conveniência e reserva disponível da cultura.

A Estética Publicitária: uma linguagem artística e imagética

Leonardo Jose Barreto de Mattos Amato – UVA

Thadeu Mota Monteiro – UVA

Este artigo implica sobre os enlaces que se dão entre o campo artístico e os meios comunicacionais. Tendo como fundamento, o princípio do avanço das técnicas até o encontro com o mundo digital vigente. Com isso, observa – se as mudanças socioculturais e as alterações capitalistas, a fim de medir os impactos processuais desencadeados nos rumos da concepção das artes e das operações publicitárias. O que, nos ocasiona explorar a indústria do consumo e respectivamente a captação da estética artística navegando em todas as camadas capitais. Esclarecendo em suma, os tempos hipermodernos e sua complexidade de assimilar em um contexto dado largamente por imagens, a diferença do cerne publicitário para o artístico. Sintetizando em questão, a fomentação de uma soma substancial, na qual a arte e a publicidade muitas vezes se tornam o mesmo material.

Retomando uma Gestão da Memória: A Cultura Bateboleira do Subúrbio Carioca

Luiz Gustavo de Lacerda Santos

O presente artigo pretende discutir como se dá um processo de formação de uma memória carnavalesca no Rio de Janeiro e apresenta, por meio de observações no Jornal O Globo e mídias digitais, também chamadas mídias alternativas, como determinados atores do carnaval de bate – bolas, ou clóvis, comumente descritos como típicos do subúrbio carioca, fazem uso das redes digitais para ampliar uma noção sobre sua cultura, através de

um processo de retomada da narrativa sobre seus cotidianos, enquanto foliões, ampliando e propiciando um olhar sobre sua rica e complexa forma de organização na cidade.

Jornalismo, Twitter e Democracia: a relação do presidente Bolsonaro com a imprensa

Mônica Christina Pereira de Sousa – UVA

Victor Carvalho do Amaral – UVA

O presente artigo se propõe a analisar como democracia, informação e jornalismo são colocados à prova a partir dos usos das redes sociais. Uma das questões primordiais trabalhadas no recorte deste trabalho são os ataques à imprensa e o emaranhado de narrativas próprias criadas pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Para isso, foram analisados os tweets do presidente durante os três primeiros meses de governo, de janeiro a março de 2019, com base no conteúdo de suas postagens na sua página do Twitter (@jairbolsonaro). Foram observados os tweets que marcam sua relação com a imprensa nesse período, excluindo apenas os do canal NBR (TV Nacional do Brasil) por conta de sua subordinação ao governo federal brasileiro. Usando da descredibilização e da coação de jornalistas e jornais, o presidente do Brasil busca centralizar o poder de produção de narrativas por meio de seu twitter e conseguir moldar a percepção de si e de seu governo. Ainda, se blinda contra críticas ao se alinhar e apoiar a alguns profissionais (como Alexandre Garcia e Luiz Ernesto Lacombe) e empresas jornalísticas, criando uma defesa a críticas em relação a sua intolerância em sua liberdade de expressão”. Torna – se fundamental para a discussão, inclusive, centrar a discussão para o papel não absoluto da liberdade de expressão se em relação a outros direitos fundamentais para a dignidade e respeito aos direitos humanos.

A Doce Marcha dos Gongolos: sociabilidade dos excrementos e escatologia da cidade

Rodrigo Rossi Morelato

Este texto exercita a imaginação sociológica tendo como linha condutora o imaginário apocalíptico. Partindo de considerações sobre a pregnância desse mito e sua manifestação no social, tece comentários epistemológicos sobre a abstração na ciência social, a coincidência entre a idealtipia comunitária e a restauração do mundo e faz uma descrição das atividades regenerativas desenvolvidas por uma neotribo que habita a cidade do Rio de Janeiro.

A Maratona do Rio e a Paisagem Simbólica: Perspectivas de uma Geografia Cultural na Medalha do Evento

Tatiana Cioni Couto – UERJ

Este artigo pretende observar como a Maratona do Rio de Janeiro se apropria de elementos simbólicos da paisagem do Rio de Janeiro, através da medalha da corrida. Nele, debatem – se os conceitos: paisagem cultural, produção do espaço e formas simbólicas e analisam – se as imagens das medalhas. Entende – se que as medalhas oferecidas ao corredor configuram um mapa mental da Cidade Maravilhosa.

CULT 1 – Narrativas, Mitos e Cosm visões – América Latina das Tradições à Modernidade.

Coordenadores:

Profª Drª Maria Teresa Toribio Brittes Lemos – NUCLEAS – UERJ

Profº Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales e Historia / Universidad de Varsóvia / Universidad Nacional de Costa Rica.

Profº Dr. José Severino da Silva – UPE / UERJ

EMENTA:

O Simpósio Narrativas, mitos e cosmovisões – América Latina das Tradições à Modernidade pretende oferecer novos paradigmas para os estudos da cultura latinoamericana a partir da reconstrução histórica dessas sociedades. Abrange também permanências culturais como produtoras de imaginários que reproduzem, na vida cotidiana, práticas e representações simbólicas das sociedades tradicionais. Ao propor novas abordagens, com o objetivo de desvendar a complexidade de uma América híbrida e fundamentalmente mestiça, o Simpósio objetiva analisar as estratégias adotadas pelos grupos sociais para sobreviver nas periferias pluriculturais e construir novas identidades. Os confrontos entre Tradição e Modernidade fazem aflorar as diferenças e desigualdades que caracterizam as sociedades atuais da América Latina. Nas sociedades tradicionais, os mitos revelam – se como marcas identitárias sociais. Localizados no cosmo integram um mesmo ciclo, o passado, o presente e o futuro. Nas narrativas, o mito é atemporal, ao contrário do rito, que está imerso na história, narra e interpreta o passado em um momento particular, o presente. O mito se produz e se reproduz independentemente do ritual, absorvendo e traduzindo as vivências da humanidade. O Simpósio Narrativas, mitos e cosmovisões – América Latina das Tradições à Modernidade propõe – se, portanto, a refletir sobre essa problemática que permeia os estudos da História Cultural.

RESUMOS:

Capoeiras contra o Código Penal de 1890 no Brasil

Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes – UERJ

Essa comunicação tratará da relação entre o Código Penal de 1890 e a repressão aos capoeiras na última década dos oitocentos. Buscando entender, historicamente, os pressupostos principais que caracterizam a

lei. A capoeiragem entra no código penal de 1890 com todas as consoantes e vogais, sendo seguida pela vadiagem previamente utilizada e conhecida.

Mestre Vitalino e sua Arte Figurativa na América Latina

José Severino da Silva – UPE / UERJ

A pesquisa tem como objetivo analisar as produções em barro de Vitalino Pereira dos Santos – mais conhecido como Mestre Vitalino, artesão ceramista que difundiu a sua arte através da argila para todo o Nordeste a partir da vila do Alto do Moura, Caruaru – PE, considerada pela UNESCO o maior centro de artes figurativas das Américas. Esse se define em torno da dimensão do poder simbólico, o que nos permite analisar o artesão ceramista enquanto produtor cultural e representante da cultura popular brasileira. A metodologia utilizada possibilitará a compreensão das noções de lugar, território e região, dialogando com a produção e com a cultura popular para então confrontar com a cultura dominante. Dessa forma, esta pesquisa apresenta o debate da questão da identidade e do lugar a partir da arte em barro, numa perspectiva cidadã reforçando a importância do papel social representado pelo Mestre Vitalino.

Mãos caxienses que tocam, encantam e nos fazem cantar

Fernanda de Fátima Fernandes Pereira – UNIGRANRIO

É preciso mostrar às pessoas que o município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, é local para também respirar cultura, educação, música e poesia. Muitas vezes só se tem a referência de tal município como sendo local pobre e violento, porém, nele destaca – se a Instituição Zeca Pagodinho, situada em Xerém, que é o quarto distrito do município de Duque de Caxias, entidade que promove, através da música, a educação de crianças e jovens. O referido músico sempre teve o sonho de criar uma escola de música, e em 1999, seu sonho virou realidade. O que, em

princípio, era só uma escolinha de música virou instituto, e por meio de um projeto chamado “Viva Xerém” a entidade faz uso da música para transformar a vida de crianças e jovens, promovendo aulas de música, instrumentos musicais e teatro, criando para essas pessoas novas oportunidades de desenvolvimento, e também visando estimular a melhoria de sua autoestima, além de fomentar perspectivas de trabalho e geração de renda. Neste trabalho apresentamos um pouco da história dessa entidade e também fazemos uma reflexão sobre como a música pode ser elemento transformador e contribuir para o desenvolvimento cognitivo, motor e pessoal de crianças e adolescentes.

Ariel de José Enrique Rodó y un proyecto de ‘intelectual total’

Karolina Filipczak – University of Warsaw

El ensayo Ariel de José Enrique Rodó se puede interpretar de varias maneras que confirma la multitud y diversidad de las interpretaciones disponibles. En gran parte de ellas el enfoque es literario, entonces se utilizan las herramientas de estudios literarios. Otra posibilidad (un enfoque también presente en la literatura sobre J. E. Rodó) es examinar su obra en el contexto de ciencias sociales, pensando en el papel que Rodó y sus trabajos actuaron en América Latina.

En la investigación se explotará la segunda de estas corrientes. Una base para la análisis es la hipótesis que este ensayo expresa no solo la contienda con la modernidad – lo que parece claro – pero también con la condición periférica. Este texto en esta propuesta interpretativa se entiende como la expresión de la lucha con la periferidad y como un proyecto que quiere dar respuesta cómo de esta periferidad escapar. El choque de estas dos perspectivas – de la modernidad y la periferidad – y un intento de reaccionar a ambas, lleva a Rodó a proponer un proyecto de creación de un (nuevo) grupo social – los intelectuales (tal vez intelectuales totales [Bourdieu]). Aunque históricamente un campo para los intelectuales se formó en otro momento, el texto de Rodó representa una intención de crearlo conscientemente y metódicamente, con la conciencia del sentido que estos

sujetos nuevos pueden tener para el desarrollo del mundo latinoamericano. Este proyecto, de algún modo, parece efectivo – quién más era por ejemplo José Vasconcelos?

El objetivo para la ponencia es mostrar como Rodó – suponiendo una comunidad imaginada que probablemente nunca verdaderamente existía, creando un mito – quiere poner en marcha nuevo grupo social. Una reflexión en este tema, una análisis de la obra rodoniana en el contexto histórico y sociológico, posibilita ver por qué este proyecta no pudo huir del fracaso (por lo menos parcial). La formación de una clase social que se basa en el capital cultural no solo confirma la condición periférica de comunidad latinoamericana pero también la encarcela en ella. Este proyecto idealista, tan excepcional, expresado con tanta maestría en el estilo y la retórica, usando las más bellas metáforas esconde, pero también confirma, la convicción sobre la dolorosa posición periférica.

Para hacer una análisis así es imprescindible estudiar la obra rodoniana en el contexto sociológico, filosófico (la obra de Rodó es una filosofía por excelencia) y abarcar también un enfoque histórico. La base para las conclusiones son los trabajos teóricos de Pierre Bourdieu y los clásicos de la teoría de la relación centro – periferia.

Estruturas Mentais Identitárias: Entre Mitos e Verdades nas Cerimônias e Rituais da Bahia

Maria Luzia Braga Landim – UESB

Tiago Landim D’avila – UFBA

As visões e versões que permeiam o imaginário popular acerca do conjunto de cerimônias religiosas na Bahia, são observadas pelas regras dos antepassados, quando se trata especialmente de locais afastados das zonas urbanas, que revelam existir uma dissociação entre a técnica médica e a prática cultural. Também enfatizam questões pertinentes à tradição e a modernidade, permanências culturais e ressignificações de princípios, e procedimentos em saúde cujas enigmas chegam a beirar a interpretação primitiva e ingênua do mundo e de sua origem. A falta de conhecimento

aliada à resistência em manter hábitos e costumes regionais como forma de identidade, precisam ser reconsideradas, visto que procedimentos elementares de higiene, não são utilizados nesses ritos. A necessidade de um estudo transcultural em saúde, se relaciona a culturas distintas e refletem a escassez de políticas que permitam mudanças nas posturas utilizadas em ritualizações de cura dirigidas por leigos em comunidades do Nordeste brasileiro. A mudança de paradigma no pensamento coletivo em crenças e hábitos que justificam a manutenção do “mito da baianidade”, só será efetivada a partir de discussões e debates sociais que promovam a desmistificação de estruturas culturais resistentes, pela aceitação de novas estruturas mentais.

Representações – Mitos e narrativas – Desvendando a Amazônia.

Profª Drª Maria Teresa Toribio B. Lemos – UERJ

O encontro com as diferenças, com o exótico e com a pluralidade revelou à Europa quinhentista a existência de um Mundo Novo, misterioso, deslumbrante e desafiador.

Desse confronto, um Novo Mundo foi construído.

Um espaço que atraiu pelo exotismo e ameaçou pelos mistérios e medos revelados em seus mitos, lendas e interditos.

A atração exercida pelas lendas do Eldorado e das mulheres guerreiras – as Amazonas encorajou a penetração dos aventureiros para o interior da região. Desprezaram a excentricidade da selva, ataques dos selvagens, animais ferozes e o perigo oculto nos dos rios – mares desconhecidos. A Amazônia conheceu a fúria e ambição dos ensandecidos europeus em busca do Eldorado.

As lendas indígenas, dos povos muisca, sobre o El Dorado chegaram ao conhecimento dos primeiros europeus que atingiram a região andina. O Dorado ou o homem dourado referia – se a lenda sobre um cacique muisca que vivia coberto com pó de ouro. Sua pele era dourada como o sol e ele

se banhava numa lagoa sagrada num local desconhecido na selva amazônica.

Era preciso encontrar aquela cidade fantástica! O espanhol quinhentista, misto de cruzado e conquistador, vivia a crise da transição do homem medieval para o moderno, impregnado pela fé e pela ambição.

Fascinados pelo desconhecido, construíram fantásticas representações sobre a aventura que os aguardava. Integraram as narrativas fantasiosas às suas memórias e imaginários. A irrealidade do Novo Mundo tornou – se a realidade da epopeia da conquista. Obstáculos e medos foram desconsiderados. Extasiados, ávidos por riquezas e poder, os europeus, como verdadeiros cruzados, partiram para a grande façanha de conquistar as selvas misteriosas da Amazônia.

Nina Quispe, Elizardo Peres e José Carlos Mariátegui
Questões e reflexões acerca das escolas “indígenais”

Mauro Marcos Farias da Conceição – IBC/RJ

As escolas ‘indígenais’ e a educação escolar aplicada aos povos índios foram temas de reflexão, com algumas distinções na abordagem, por Eduardo Nina Quispe, Elizardo Peres e José Carlos Mariátegui. Cotejar o pensar destes indivíduos, que atuaram ou refletiram sobre o assunto, é a proposta deste trabalho. Estudar as motivações e questões que impulsionaram, nas comunidades indígenas bolivianas, a criação desses espaços são observações que permeiam o pensar destes personagens. Esta determinação geográfica, entretanto, não impede que sua reflexão se estenda e projete às demais regiões da América Latina. Há por destacar que a condução destas ações – a criação de escolas e do ensino indígena – permitisse a exposição elucidativa de temas atinentes ao cotidiano de violência e exclusão aplicadas aos povos índios na Bolívia. Apreender e compreender, o público discente nativo, as razões históricas ao desamparo que o estado lhes impunha, estimulava o surgimento e controle, por comunidades indígenas, dessas escolas. Esse crítico e ‘espinhoso’ aprendizado necessitaria de espaço à sua efetivação. Ambiente ao qual

haveria insuspeita e controle quanto a sua realização. Os propósitos, das escolas e do ensino étnico, era desenvolver o aprendizado escolar considerando, fundamentalmente, o histórico de violência e exclusão social que, o estado e as oligarquias latifundiárias, havia imposto aos povos índios. O destaque às questões, que entremearam esta conflituosa relação, tornou – se, não obstante, motivação à rejeição ao ensino utilitarista e tutelado, acrítico e excludente, que se aplicara entre a segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. Os padrões ocidentais de sociabilidade, dessas escolas, constituíram – se um modelo de ensino agressor à cultura e à prática social de vida nativa. A rejeição deste modelo – ocidental, utilitarista e selecionador – instituiria, por consequência, a proposição de estabelecimento e metodologia escolar que ressaltasse a existência histórica, e as relações sociais, praticadas aos, por e entre, povos indígenas na Bolívia.

A Revolução Farroupilha no cinema. Três filmes como construtores de uma narrativa e da memória de um episódio definidor da identidade gaúcha.

Wanderson Oliveira dos Santos – UERJ

O trabalho proposto tem o intuito de analisar como os três filmes *Anahy de las misiones*, *Netto perde sua alma*” e *Netto e o domador de cavalos* buscam construir uma identidade gaúcha e um discurso acerca da Revolução Farroupilha. Compreendemos a obra filmica como um produto cultural visual que pode ser considerado um documento histórico, com validade de fonte histórica e, também, pensado como discurso histórico, um criador de sentidos para o passado, da mesma forma, como ocorre com um documento escrito

Como método de trabalho, decupamos as obras e analisamos os diálogos, tomadas de cenas, edição, trilha sonora e todos os elementos fílmicos presentes nas obras. Dentre tantos livros, utilizamos *A Análise do Filme* de Jacques Aumont e Michel Marie que contém reflexões importantes acerca da forma de se avaliar diversos objetos contidos em um filme e

observar as técnicas de análise dos discursos embutidos em cada obra, tais como os citados anteriormente, partindo do princípio que não existe única fórmula para análise de um filme, e sim uma decisão do pesquisador a respeito do que deve ser abordado no trabalho.

DIR 1 – Conflitos Socioambientais, Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Coordenadores:

Prof^a Dr^a Andreza A. Franco Câmara – UFF / UFRRJ.

Prof^a Maria José Andrade de Souza – Professora Adjunta na UNIFESSPA

Prof^a Alessandra Dale Giacomini Terra – UFF

EMENTA:

Este simposio pretende reunir trabalhos em pesquisas empíricas ou de revisão bibliográfica sobre conflitos socioambientais, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, em especial analisando o contexto latino americano. A adoção de políticas neoextrativistas (GUDYNAS, 2009) e a desregulamentação, decorrente da ampliação da ideologia neoliberal com avanço da onda conservadora na América Latina, vem resultando em uma intensificação dos conflitos socioambientais e de violação de direitos humanos, principalmente de grupos sociais mais vulneráveis localizados no entorno dos empreendimentos. Estes sujeitos porém não são meras vítimas passivas e acabam se organizando coletivamente em variadas formas de associativismo como movimentos, redes e associações, passando a denunciar o cenário de desigualdade, conflito e violação de direitos, resistindo às injustiças ambientais impostas (ZHOURI, LASCHEFSKI,

2010) e confortando o discurso hegemónico. São bem – vindos trabalhos sobre conflitos agrários, urbanos, desastres corporativos ambientais, luta e resistência de grupos minoritários, entre outros.

RESUMOS:

Neoextrativismo, Movimentos sociais e Conflitos Socioambientais.

Alessandra Dale Giacomini Terra – UFF

O presente artigo pretende abordar as interfaces entre, movimentos sociais, conflitos socioambientais e direitos humanos, considerando notadamente o contexto neoextrativista (Gudynas, 2009). Esta pesquisa foi realizada por meio de pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica de literatura sobre tais categorias e seus entrelaçamentos. Verifica – se que no cenário neoextrativismo tende – se a haver uma intensificação dos conflitos socioambientais, uma vez que os passivos sociais e ambientais tendem a recair desproporcionalmente sob as comunidades do entorno (ACSERALD, 2018), convertendo as em nome do progresso nacional em zonas de sacrifício, expressão cunhada por Steve Lerner para denunciar as disparidades nos encargos sociais se referir a comunidades de baixa renda ou de minorias raciais que suportam a maior parte dos danos ambientais relacionados à poluição, contaminação, resíduos tóxicos e indústria pesada (LERNER apud SCOTT e SMITH, 2017, p.863) implicando assim na violação de direitos humanos. Contudo, Zhou e Laschefski (2010) ressaltam que os atingidos pelos megaempreendimentos não são meras vítimas passivas, e acabam se organizam coletivamente resistindo às injustiças ambientais impostas.

Afagar a terra e fecundar o chão: a luta pelo direito à terra do PDS Osvaldo Oliveira

Ana Claudia Diogo Tavares – UFRJ
Fernanda Maria da Costa Vieira – UFJF
Mariana Trotta Dallalana Quintans – UFRJ

O presente trabalho analisa a luta jurídico – política para a construção e efetivação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira em Macaé/RJ. Investiga, para tanto, o repertório de ação coletiva das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apresenta as disputas promovidas no campo jurídico pela assessoria jurídica popular, observando a atuação da magistratura.

O PSD Osvaldo de Oliveira foi criado em 2014 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após uma batalha judicial que concedeu a imissão de posse para a autarquia no imóvel. O PDS Osvaldo de Oliveira é a primeira experiência de assentamento rural na modalidade de projeto de desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro, abrigando 78 famílias sem terra, que promovem manejo agroecológico na área, práticas que são fundamentais para a conservação da biodiversidade.

Entretanto, em 2019, o caso teve uma reviravolta e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu que não seria possível a criação do assentamento rural, anulando a sentença de primeira instância determinando a reintegração de posse em face das famílias que residem há mais de 1 década. Essa decisão foi suspensa pelo STJ e a reivindicação das famílias pela manutenção do assentamento continua.

Perspectivas Teóricas Sobre Ações Coletivas e Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ciclo Neodesenvolvimentista

Andreza Aparecida Franco Câmara
Paulo Brasil Dill Soares

O presente artigo investigará as novas teorias contemporâneas dos movimentos sociais, sem perder de vista o debate sobre as teorias clássicas,

localizando seu surgimento histórico, ideias centrais e a teoria dos novos movimentos sociais, sob a análise da categoria desenvolvimento sustentável. Buscará uma abordagem teórica sobre o protagonismo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nas dinâmicas do desenvolvimento. Parte – se do pressuposto que os movimentos sociais, a partir da escola teórica vinculada, abordam questões chaves na modernidade com viés econômico, político e social. Para tanto, adotou – se como metodologia a revisão de literatura, análise de documentos públicos e o estudo de caso das experiências realizadas pelo MAB no conjunto de ações de enfrentamento e resistência frente a conjuntura neoliberal adotada a partir da década de 1990. Concluiu – se que embora os conflitos sociais envolvendo a implantação de represas ganhem cada vez mais espaços na mídia e haja uma evolução na atuação MAB, o modelo de “avaliação de risco” das décadas de 80 e 90 persiste quando se trata dos reassentamentos involuntários. Isto porque o instrumental teórico – conceitual naturaliza as populações, representando – as como obstáculos ao progresso e não as tratam como atores sociais capazes de discutir direitos e interesses.

El complejo productivo foresto – industrial en la provincia de Corrientes, Argentina. Transformaciones productivas y conflictos socio – ambientales.

Julieta Peppino – Universidad Nacional de Rosario / Universidad Nacional de Quilmes / CONICET

En el presente trabajo nos proponemos analizar, describir y problematizar el proceso productivo y la conflictividad socio ambiental vinculada a la explotación silvícola desarrollada en la provincia de Corrientes, Argentina. Las transformaciones en el sistema productivo y socio ecológico en las diferentes áreas biogeografías de la provincia dan muestra de un sistema organizado en función de un modelo neo extractivista, de reprimarización de la economía y de acumulación por desposesión, al cual se abona – entre otras prácticas – a partir de la implantación especies exóticas y el impacto ambiental generado por la explotación foresto industrial. Dicho

modelo avanza conformando nuevas fronteras agropecuarias generando una interrelación conflictiva con otras formas tradicionales de producir y habitar las áreas rurales, produciendo una reconfiguración del ordenamiento territorial y nuevas asimetrías sociales, a partir del desplazamiento y despojo territorial de las poblaciones, así como el desarrollo de un “mercado laboral” en condiciones de gran precariedad.

El sistema productivo y socio ecológico de la provincia muestra una clara intensificación de las externalidades socioambientales, tornando fundamental la profundización de las investigaciones en esta región de gran relevancia geoestratégica como reserva de bienes comunes (agua dulce y biodiversidad) situados en los Esteros del Iberá

O problema agrário no Brasil: gênese e repercussão sócio – política

Maxmiliano Martins Pinheiro – IUPERJ / Universidade Candido Mendes

O objetivo central do trabalho é analisar o problema agrário no Brasil, partindo da consolidação da vida material das elites no campo, e os consequentes efeitos deletérios que esse modo de produção econômica rural acarretou para a sociedade e para vida política brasileira, cujos impasses não foram solucionados até hoje. Para alcançar o objetivo proposto, esta análise apresenta os seguintes tópicos específicos: primeiramente, será salientada a estabilização da elite rural brasileira com suas debilidades como marco originário dos problemas agrários do país, tendo como referências as obras de Caio Prado Júnior e Oliveira Viana, pois ambas destacam diferentemente o caráter negativo da vida material no campo decorrente do processo de colonização e o sentido escravista que assumiu nossa organização de trabalho. Em seguida, serão enfatizados os problemas sociais do Brasil em decorrência do atraso das nossas elites agrárias, destacando: a concentração monopolista da propriedade, a ressignificação das antigas relações coloniais no capitalismo brasileiro, a falta de iniciativas das elites e do governo diante da reforma agrária e a

desvalorização da produção camponesa perante a industrialização dos produtos alimentícios. Por fim, será ressaltado que o problema agrário no Brasil influencia concomitantemente a vocação política dos governos brasileiros, uma vez que as elites agrárias, dado a inércia modernizadora do Estado brasileiro, interferem nas políticas agrárias engendradas pelos governos de inclinação mais social, desnorteando o livre curso de suas ações.

Breve história das políticas nacionais de habitação.

Rafael Assis Alves – UERJ

Embora o direito à moradia seja constitucionalmente garantido, grande parte da população brasileira vive em domicílios inadequados. O quadro atual tem raízes profundas. Com base em revisão bibliográfica, o objetivo do estudo é examinar as políticas nacionais de habitação desde a República Velha até hoje. Durante a Primeira República o Estado reprimiu as moradias populares.

Com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões nos anos 30, apenas os trabalhadores formais foram atendidos. Em 1964 surgiu o Banco Nacional de Habitação, que beneficiou majoritariamente a classe média. Entre 1986 e 2003 não houve uma política de habitação nacional. Em 2003, com a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, os investimentos aumentaram expressivamente. Foram instituídos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Programa Minha Casa Minha Vida e, mais recentemente, o Programa Casa Verde e Amarela. Apesar dos recentes esforços, os déficits habitacionais permanecem elevados. O resultado da atuação estatal não focalizada nos mais necessitados foi segregação espacial, empurrando os pobres para as áreas periurbanas – subvalorizadas em razão das restrições ambientais, ausência de infraestrutura básica e excessiva distância em relação às oportunidades de trabalho. O olhar histórico sobre as políticas habitacionais revela impermanência, fragmentariedade e exclusão social.

ECON 2 – Pacto Federativo e Território

Coordenadores:

Profª Drª Angela M. S. Penalva Santos – UERJ

Profº Dr. Pedro Vasques – UNICAMP

EMENTA:

Ao longo de 30 anos em vigor da Constituição Federal de 1988, o pacto federativo brasileiro sofreu várias acomodações, com os municípios assumindo crescentes responsabilidades que desafiaram sua autonomia orçamentária e sua capacidade de articulação interfederativa.

No curso dessas três décadas, foi possível identificar os desdobramentos da festejada, mas também controversa, elevação do Município à condição de ente federativo. Se, de um lado, a descentralização tornou – o protagonista das políticas sociais, submetendo – as a maior controle social, por outro lado, suscitou mais fragmentação na atuação governamental, o que pode colocar em xeque a alocação dos gastos públicos.

Em 2019 tomou posse um novo Presidente da República, Jair Bolsonaro, prometendo fazer um governo com “menos Brasília e mais Brasil”. Sem prejuízo de outros significados, acredita – se que uma das interpretações possíveis é que o governo estava, naquele momento, prometendo fortalecer os governos locais. Possivelmente um novo pacto federativo. Quase dois anos depois, o cenário tornou – se muito nebuloso e não houve avanços nas propostas de emendas à Constituição enviadas ao Congresso Nacional. A pandemia de Covid – 19 eclodida em 2020 tornou ainda menos claro o cenário em que se move o Estado Brasileiro. De um lado, o governo federal parece ter abdicado da coordenação federativa, ainda que este tenha feito movimentos de centralismo autoritário, por outro, as emergências sanitárias e econômicas suscitaram aumento de gastos nas três esferas de governo. Cabe destacar, entretanto, que somente a União tem autonomia para ampliar despesas, enquanto que estados e,

principalmente, municípios ficam submetidos à dinâmica econômica regional e local, o que torna estas esferas de poder mais dependentes de receitas de transferências da União, e dos reflexos de suas decisões de política econômica, em geral. Mas é nestas esferas estaduais e municipais que a crise sanitária, aguçando a crise social e econômica já instalada anteriormente, suscita maior expectativa de solução por parte da população. Em tal contexto, como se situam as relações federativas no país? Em meio a uma nova briga federativa com ainda mais conflitos entre os entes, vale dizer não pactuada no Congresso? As eleições municipais de 2020 podem sugerir alternativas a serem exploradas, merecendo análises dos pesquisadores sobre os caminhos – ou os descaminhos – do processo de descentralização que os constituintes de 1988 introduziram na Constituição da República.

A proposta desta Mesa Coordenada é discutir as possibilidades que se descortinam no atual cenário político e avaliar o papel dos entes federativos, com destaque para os municípios, tendo como referência a preservação da autonomia constitucional, a potencialidade de arranjos interfederativos e a promoção de políticas públicas, especialmente daquelas referidas a funções públicas de interesse comum.

RESUMOS:

O Município e as Transformações do Pacto Federativo no Brasil

Angela Penalva Santos – UERJ

A organização federativa pactuada em 1988 elevou o Município à condição de ente federativo, responsável pela formulação da política urbana e pela execução de políticas sociais de responsabilidade das três esferas de governo. O aumento do protagonismo político dos municípios veio acompanhado de maior participação nas receitas públicas, ainda que venha se manifestando crescente insuficiência de autonomia orçamentária para que cumpram suas responsabilidades constitucionais. Num cenário de polarização espacial da população em aglomerados urbanos, cabe avaliar se as emendas à Constituição têm orientado o federalismo na direção do

fortalecimento institucional e financeiro dos municípios ou se vem ocorrendo maior coordenação federativa pelo governo federal. E ainda, se a gestão destes aglomerados urbanos, formados por dois ou mais municípios, tem sido bem coordenada em relação aos investimentos em serviços de interesse comum, tomando por referência o saneamento na metrópole fluminense.

**Pacto Federativo no Panorama de Enfrentamento da Pandemia
de Covid-19: A Realidade dos Municípios de Médio Porte
Fluminense**

Bruno Cesar Andrade Novo – UERJ

Frente à crise de segurança em saúde instalada com pandemia internacional com o novo coronavírus (Covid – 19), os municípios brasileiros se viram diante de um novo desafio no ano de 2020.

De um lado, a queda da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas, em um panorama de retração econômica em função da necessidade de isolamento social da população. De outro lado, a necessidade de gastos extraordinários em Saúde e Assistência Social, para mitigar os efeitos desta pandemia.

Esta discussão se dá em um ambiente no qual, após a Constituição Federal de 1988, os municípios alçaram a condição de entes federativos, com capacidade de arrecadação própria. Entretanto, ante as responsabilidades trazidas com esta descentralização, no tocante à execução das políticas públicas, muitos deles continuam extremamente dependentes de transferência de recursos interfederativos para financiar seus gastos.

O objetivo deste trabalho é avaliar a importância do pacto federativo para que os municípios de médio porte fluminense pudessem enfrentar essa crise, evidenciando o quanto as transferências intergovernamentais de recursos representaram nas receitas destes municípios, tanto no exercício financeiro anterior à crise (2019) quanto no atual (2020).

Neste sentido, também iremos avaliar como estas transferências foram fundamentais na execução dos programas de enfrentamento desta pandemia, no tocante à Saúde, comparando a proporcionalidade dos

gastos com recursos próprios em relação aos recursos de transferências. No que tange aos gastos em Assistência Social, iremos verificar se as transferências adicionais de recursos traduziram – se em efetivo financiamento das despesas com esta função de governo, frente às outras funções, comparando o exercício financeiro vigente ao anterior.

O programa federativo de enfrentamento ao Coronavírus: o caso dos municípios fluminenses

Fábio Oliveira – UFRJ

Ante a eclosão da pandemia da Covid – 19, no Brasil, Estados e Municípios desenharam, em articulação com o Poder Legislativo Nacional, uma estratégia de mitigação dos efeitos deletérios da crise que se instaurou, concretizada na Lei Complementar nº 173/2020. O chamado Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus se destacou por dois aspectos. O primeiro foi a entrega, da parte do Governo Federal, de R\$ 60 bilhões aos entes subnacionais, cujo propósito era minimizar os impactos da retração econômica nas contas públicas. O segundo se referiu a alterações circunstanciais em aspectos estruturais do padrão fiscal brasileiro, haja vista a LC nº 173/2020 ter ampliado a margem de manobra da gestão financeira de Estados e Municípios, em especial daqueles endividados. Nesse sentido, o propósito do artigo é averiguar os efeitos do referido programa nos termos das contas públicas municipais no Estado do Rio de Janeiro. Além do cálculo territorializado dos recursos emergenciais entregues pela União, procura – se dimensionar o ganho de margem de manobra local para desenhar e, sobretudo, financiar a execução de políticas públicas com recursos outrora comprometidos por mecanismos associados à Lei Complementar nº 101/2000 e a outros dispositivos. Não obstante os desafios atuais exacerbarem algumas das determinações do estilo nacional de desenvolvimento sobre as capacidades governativas subnacionais, espera – se que a análise possa subsidiar as gestões municipais que se iniciam em 2021 a não apenas avaliarem a dimensão fiscal – financeira das ações de combate à pandemia, mas, sobretudo, a

refletirem sobre o que foi, ou poderia ter sido feito, com o maior grau de liberdade fiscal e financeiro que lhes foi facultado.

As condições dos municípios fluminenses para o financiamento das políticas públicas na pandemia.

Paula Nazareth – TCE-RJ / UCAM

A pandemia do coronavirus agravou a situação fiscal dos entes públicos brasileiros, já fortemente impactados pelas crises econômica e política instaladas no país desde 2014. Em 2020, a questão de como financiar políticas públicas exigidas por uma população duramente afetada pelo desemprego e queda da renda, mostra – se urgente e vital. Em especial, a pandemia veio revelar as profundas desigualdades das condições de vida nas cidades, que se refletem na capacidade das pessoas que vivem nas diferentes áreas urbanas e metropolitanas para enfrentamento das crises, e no aumento da pobreza principalmente nas periferias dos grandes centros. Nesse contexto, o papel e as capacidades institucionais dos governos locais para o financiamento das políticas ganha ainda mais relevância, não apenas no que tange às políticas sociais – saúde, educação e assistência social – mas também às que visam assegurar a mobilidade dos cidadãos em seu dia – a – dia, condições adequadas de habitação e saneamento, poluição e preservação do ambiente natural, entre tantas outras responsabilidades que vieram sendo crescentemente assumidas pelo ente municipal no arranjo fiscal – federativo brasileiro. Demandas que ganham relevância em contextos metropolitanos, como o do RJ, que tem a maior taxa de urbanização do país. A proposta do trabalho é analisar a situação atual dos governos locais fluminenses no que diz respeito à capacidade de financiamento das políticas públicas pelas quais são responsáveis, incluindo aquelas relacionadas à gestão urbana e as que causam impacto nos municípios vizinhos, em seu entorno, especialmente na região metropolitana, e as possíveis formas de superação das limitações impostas pela crise econômica, buscando novas formas de financiamento, de organização de

suas estruturas e capacidades estatais e de articulação federativa com os demais entes.

Gestão interfederativa em tempos de ruptura institucional: a experiência dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2003 a 2018

Pedro Vasques – UNICAMP

Ante a crise político – financeira eclodida em 2014, bem como as medidas adotadas para limitar os gastos públicos, as perspectivas de manutenção dos mesmos níveis de investimentos observados no curso dos governos petistas são marginalizadas e propostas de privatização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reemergem no debate público. Essa nova tentativa de ampliar a participação privada no setor vem acompanhada de articulações políticas e, em última instância, de um novo marco regulatório, aprovado em julho de 2020, em meio à pandemia de Covid – 19, sob a promessa que permitiria a ampliação de investimentos. Esse discurso vem acompanhado de ataques às companhias estaduais, caracterizadas como ineficientes e, nesse sentido, responsáveis pelos limitados avanços da política pública nas décadas passadas. Em trabalho anterior (Santos & Vasques, 2020), avaliamos a dinâmica de investimentos públicos no período de 2003 a 2018, tendo sido possível observar elevado direcionamento de recursos federais para a política pública no país. Ainda que as medidas implementadas tenham sido insuficientes para mitigar as necessidades do processo de urbanização periférica, acentuadas e acumuladas por décadas de baixos investimentos, é necessário reconhecer seus avanços. Para essa nova etapa da pesquisa, propomos concentrar o olhar para os investimentos públicos realizados nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), notadamente, em abastecimento de água e esgotamento sanitário. O objetivo é manter a estratégia de pesquisa empregada anteriormente, ou seja, partir da coleta e análise de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) para o período 2003 – 2018, e focar nos seguintes pontos: categoria

de atores públicos, índices de atendimento, tamanho dos municípios, abrangência de atuação dos serviços prestados, origem dos recursos e inserção macrorregional desses atores, investimentos e municípios. Ao final, espera-se apresentar um diagnóstico geral e uma avaliação crítica da atuação pública na RMRJ durante o período estudado, traçando perspectivas para a política no território fluminense, em especial, considerando a retomada dos debates sobre a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) e o contexto de instabilidade institucional, acentuado com o processo de impeachment de Wilson Witzel, governador eleito em 2018.

Federalismo Inteligente (?)

Rosângela Luft – UFRJ

A condição de unidades federativas conferida pela Constituição de 1998 aos Municípios para, entre outras atividades, prestar serviços públicos locais, foi faticamente limitada por uma dependência municipal de fundos, transferências e acordos com o governo federal. Esses fatores condicionaram, nos últimos anos, o exercício dessa autonomia e têm dado à União amplo poder de agenda sobre os investimentos em infraestruturas e serviços. A crise fiscal e as mudanças governamentais pós 2016 definiram novos caminhos para as políticas urbanas interescales estabelecidas pela União. A pauta do direito à cidade abre espaço para o tema das cidades inteligentes. Com isto, mobilizam-se novos objetivos e recursos para a atuação dos governos locais através da ampliação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), as quais se tornam condição para a obtenção de investimentos.

A Declaração Brasileira de Cidades Inteligentes, que está sendo coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), simboliza essa mudança. Ela inclui, entre outros fatores, a importância de monitorar, com indicadores, a implementação de modelos urbanos inteligentes. O sistema de indicadores, que deverá refletir os eixos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é inspirado na

metodologia da União Internacional de Telecomunicações e visa fiscalizar as ações de “smartização”. Entende – se, no entanto, que essa agenda recente e os resultados desse sistema de indicadores devam ser interpretados observando as desigualdades socioespaciais brasileiras e as capacidades governativas locais, sem perder de vista o já construído pelas políticas regionais e de desenvolvimento urbano realizadas nas últimas décadas.

ECON 3 – Desafios da América Latina de Inserção na Economia Global Digital

Coordenadores:

Prof^o Dr. Manoel Gonçalves Rodrigues – UNESA

Prof^o Dr. Fernando José Pereira da Costa – Pesquisador

EMENTA:

O modo de produção da sociedade globalizada no século XXI tem – se modificado profundamente com alterações em seus processos nas cadeias de suprimentos através da introdução crescentes da inovação e novas tecnologias da informação e comunicação na chamada revolução industrial 4.0. Nesse contexto, entra no cenário mundial cada vez a demanda por fontes de energia de baixo carbono rumo ao ambiente corporativo, urbano e de estilo de vida com maior grau de sustentabilidade. Portanto, uma discussão profícua sobre a inserção da América Latina numa nova divisão internacional da produção e trabalho se faz necessário visto que caminhamos a passos largos para uma economia digital e digitalizada no mundo do trabalho e com impactos no binômio <meio ambiente e qualidade de vida. O uso de novas tecnologias associados aos fatores locais e

layouts do chão de fábrica, o controle dos mercados e a geopolítica do poder global configuram pontos importantes nas questões ligados à temática ambiental.

RESUMOS:

Meio Ambiente, Tecnologia e Inovação: Do Setorialismo ao Novo Paradigma

Fernando José Pereira da Costa – Pesquisador Independente

Manoel Gonçalves Rodrigues – UNESA

O meio ambientalismo tradicional, forjado nos limites do crescimento dos anos 1970, apontou suas baterias para a questão demográfica, considerando a tecnologia e inovação como elementos de reprodução da degradação ambiental, mormente no que se refere aos ganhos de produtividade. Como resultado dessa estreiteza de visão, surgiram propostas de intervenção/regulação setorializadas e não integradas, que muito longe ficavam de uma visão integrada/sistêmica rumo a um novo paradigma sociotécnico e econômico. O grande problema é que as restrições colocadas pelo ambientalismo com relação à tecnologia se baseiam em questões envolvendo recursos naturais e energia. Essa perspectiva limitada reduz a problemática tecnológica a determinados eventos específicos ou a algumas tecnologias tidas como fundamentais, o que limita o horizonte de análise.

Meio Ambiente Tecnologia e Desenvolvimento

Fernando José Pereira da Costa – Pesquisador Independente

Manoel Gonçalves Rodrigues – UNESA

Ao considerar a questão do meio ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, buscou – se levantar a discussão acerca de instrumentos de

avaliação a nível de processos de decisão. Por outro lado, incorpora – se a tecnologia como importante elemento para alcançar nos objetivos de se dispor de técnicas e processos menos agressivos ao meio ambiente e como instrumentos no alcance do desenvolvimento inserido no contexto da sustentabilidade. Embora considerando determinados conceitos advindos da Economia do Meio Ambiente, mormente a nível dos processos de tomada de decisão, o Desenvolvimento Sustentável mostra – se de maior amplitude na sua proposta de assegurar o prosseguir do processo de crescimento/desenvolvimento sem agredir o meio ambiente.

Sociedade 5.0 e Negócios Digitais

Nilo Koscheck das Chagas – FAETERJ-Rio
Manoel Gonçalves Rodrigues – UNESA

Podemos iniciar dizendo que *sociedade 5.0* – versão atualizada da revolução industrial ocorrida nas indústrias diante das tecnologias da informação. Descrição sucinta de revolução tecnológica da informação de uma sociedade supostamente voltada para melhoria dos homens em sociedade. É passível “de várias interpretações segundo o vetor de anunciação”. Entendido aqui, como um possível paradigma, doutrina, slogan capitalista ou simplesmente um cerne das ideias e valores que fundamentam esse novo construto conceitual. O conceito de *Sociedade 5.0* nasceu no Japão em 2016, quando o governo lançou o 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia. Trata – se de um documento que define políticas de inovação a serem estimuladas pelo país até 2021. Supostamente, a *Sociedade 5.0* é uma revolução que promete colocar o mundo a favor das pessoas, reposicionando as tecnologias da informação para melhorar a qualidade de vida da humanidade, e traçar um novo modo de fazer negócios usando os meios digitais na produção e na moeda.

Um Balaio de Gatos em Tecnologia da Informação

Nilo Koscheck das Chagas – FAETERJ-Rio

Marcos Vinícios Ternavisk – FAETERJ-Rio

É comum atribuímos uma conhecida expressão popular – *Balaio de gatos*, quando queremos referir alguma situação confusa e embaraçosa. Pois é, acreditamos que qualquer tentativa de ordenar e estruturar os conceitos recém – chegados do mundo da Tecnologia da Informação (TI) expressa exatamente isso, “um grande balaio de gatos e por cima rabugentos”, conforme sugere nosso título. A ideia original deste trabalho urgiu da necessidade de hierarquizar o universo de conceitos encontrados na TI de hoje, para poder – se compreender sua estrutura como um todo. Partindo de uma lista de conceitos, sendo a mais extensiva possível. Descrevemos o que se entende por ele, e” linkamos” por meio de um mapa conceitual sua possível dependência. O primeiro “Insight” que se teve é que existem muito modos de se dizer a mesma coisa, daí decorre a primeira confusão, muita confusão. A segunda observação é que realmente existem subcategorias muito bem definidas, enquanto outra mal conceituada, por ser emitida por profissionais de diferentes ramificações, isso também gera confusão! Porém o mais interessante é que tal construção (mapa conceitual) permite vislumbrar o quão ainda temos que estender sua fronteira para ter uma melhor compreensão dessa fantástica área de conhecimento. A execução desse empreendimento foi extremamente importante sob o ponto de vista didático e a divulgação desse mapa entre outros profissionais será de grande importância, pois além de contribuir com novas sugestões e ramificações permitirá uma clareza cada vez maior. O esforço e execução desse trabalho nos ajudou muito no que tange a uma clara definição dos conceitos delimitação de suas fronteiras adjacentes nem sempre bem definidas. Concluindo que trabalhos simples como esse pode contribuir muito na organização dos novos conhecimentos. e mostrar a importância dessa excelente ferramenta que são os “*Mapas Conceituais*” um aplicativo criado pelo Institute for Human & Machine Cognition (IHMC).

Computação Digital! – Quantos Dedos?

Nilo Koscheck das Chagas – FAETERJ-Rio

A computação digital abrange muitos conjuntos de *bits* para formarem *bytes* (palavras) que podem várias de tamanho, dependendo do projeto de computação escolhido. Na maioria das vezes, os projetos de arquitetura de processadores operam na base 2, $b_2 = \{0,1\}$. Nesse caso a contagem e operações com tais números precisam apenas de *dois dedos* (daí, dois dígitos – 0 e 1). Mas essa não é a única possibilidade. Podemos edificar outros sistemas para computação utilizando processadores de computem qualquer número inteiro positivo, pelo menos matematicamente falando. Então poderemos ter com 3 dígitos, com uma base 3, $b_3 = \{1,0, -1\}$. Ou até mesmo $n=5$, ou qualquer número inteiro, isto é, uma base $b_n = \{a_1, a_2, a_3, \dots, a_n\}$. Onde n é o número de elemento da base. Isso significa que estamos escolhendo o nosso sistema de numeração para poder enumerar ou contar coisas, além de computar coisas, conjunto operações que permitem chegar a um resultado. A ciência da computação é rica em criar sistemas de numeração. Temos sistemas binários, octais, hexadecimais etc. Toda essa diversidade permite que hoje, poderíamos criar qualquer sistema de numeração computável que possa ser utilizado para representar sistema de símbolos genéricos. como uma língua conhecida ou um código abstrato de comunicação. Nesse artigo iniciamos com exemplos simples de representação de qualquer código como número de um sistema numérico em várias bases. Em seguida apresenta – se vários, outros códigos, que pela sua natureza fica impossível representá – lo por um sistema numérico. Portanto existe uma barreira nítida dentro desse procedimento que impossibilita usamos computadores e processadores nesse contexto. Especula – se a possibilidade e superação dessa limitação utilizando outros tipos de bases exóticas e até mesmos outros sistemas de números que poderiam resolver tais problemas. Essa temática por si só altamente relevante na computação atual bem como uso nas sociedades mais avançadas que baseiem sua tecnologia nessa teoria de informação. E, finaliza – se comentando sobre a capacidade do uso da computação excessiva e o simples uso de ser humanos para resolver problemas mais complexos e fora desse contexto linear da computação.

O Paradigma da Eficiência na Gestão Ambiental e os Desafios Éticos da Privacidade na Sociedade Digital

Angela Dias Mendes – UERJ / IAB Nacional

Atualmente as sociedades tornam – se cada vez mais digitalizadas e as pessoas conectadas de diversas formas. Compreender essa transformação e seus impactos é fundamental para a melhoria da governança nessa nova realidade é o objetivo do presente trabalho. A pesquisa básica estratégica parte do pressuposto de que a pessoa é parte integrante do meio ambiente, sendo de fundamental importância alinhar o avanço tecnológico com práticas pedagógicas de educação ambiental inclusas nos planos estratégicos governamentais. Nesse sentido, valendo – se de uma das principais inovações da sociedade digital, a Inteligência Artificial, demonstraremos que a inclusão dessa tecnologia, especialmente as câmeras de monitoramento sensíveis, pode auxiliar na elaboração de políticas públicas essenciais que auxiliam no cumprimento de metas ambientais. Embora o aprimoramento dos modelos preditivos, entre eles o machine learning, gere controvérsias quanto à privacidade dos cidadãos é possível encontrar caminhos viáveis que promovam sustentabilidade sem ferir a dignidade humana. Finalmente, a abordagem quali – quantitativa permitirá concluir que o alicerce ético na elaboração dos processos de uso dos algoritmos é um parâmetro essencial para minimizar resultados enviesados e discriminatórios. Este é o novo paradigma da gestão eficiente para atrair investimentos e gerar perspectivas reais de crescimento futuro. Finalmente, o art. 7º, III da Lei Geral de Proteção de Dados permite à Administração Pública coletar dados para fins de políticas públicas, o compliance neste caso vai ao encontro do respeito aos limites legais e os princípios éticos que visam salvaguardar os direitos da pessoa e proteger a privacidade dos cidadãos.

Empreendedorismo e Inovação para Construção de Soluções Socioambientais para Desenvolvimento Sustentável

Mila Rosendahl Avelino – INMETRO

Sandra Regina Morgado de Gois – Professora Universitária

Manoel Gonçalves Rodrigues – UNESA

O objetivo é estimular a cultura empreendedora para a geração de soluções socioambientais inovadoras contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Pretende – se promover o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa reforçando a importância das novas idéias para promover o desenvolvimento sustentável e econômico na região fluminense. A escassez de recursos para investimentos em estrutura, carência e desconhecimento de mercado e falta de capital de giro, são os três principais motivos de insucesso dos novos empreendimentos. Nesse contexto, o mecanismo de conscientização é o primeiro passo para aprimorar o uso das ferramentas de empreendedorismo e da inovação em busca de soluções socioambientais para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, se o desenvolvimento sustentável de um país fomenta a inovação, consequentemente incentiva a competitividade e a melhoria contínua na produtividade das empresas. A estratégia de disseminação dessa cultura se dá através de palestras, seminários e jogos didáticos de conscientização. São propostas ações continuadas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo de disseminar a cultura empreendedora para a geração de soluções socioambientais inovadoras contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Transformação de Energia Maremotriz e Ondomotriz em Energia Elétrica

Mila Rosendahl Avelino – INMETRO

Kevin de Araújo Esteves – CEFET-RJ

Atualmente o mundo tem passado por transformações em todas as áreas com a finalidade de preservação da vida. Dentre esses aspectos foi

desenvolvido as energias renováveis na área eletromecânica, mais precisamente energia das ondas e marés, com intuito de usar do ambiente, fontes de energias capazes de gera eletricidade para fins lucrativos e econômicos sem ferir o ecossistema, apenas usufruindo a mecânica reproduzida por um ciclo constante. Neste estudo será mostrado os alguns tipos de conversores incluindo o do Porto de Pecém, em Fortaleza, cálculos para – se chegar à transformação de energia mecânica das ondas e marés em energia elétrica, representação básica sobre a criação das ondas e marés. Contudo, uma análise econômica de todo litoral brasileiro ao longo dos 8 km de extensão, visando chances de instalação em outras regiões.

**Reaproveitamento de Água de Chuva para fins não potáveis:
Estudo de Caso para o Campus Regional de Resende – UERJ**

Mila Rosendahl Avelino – INMETRO

Teresa Christina de Almeida Roco – UERJ

Este trabalho apresenta ações realizadas dentro do escopo do projeto de uso racional de água Pro – uso. O projeto, realizado no Campus Regional de Resende da Universidade do Estado do Rio de Janeiro visa tanto conscientizar a comunidade para o uso racional da água quanto à instalação de equipamentos e adequação da infraestrutura local, oportunizando a efetiva redução do desperdício da água. O projeto realizado com recursos financeiros da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, objetiva além da redução do consumo de água, a mitigação dos impactos gerados pelas fortes chuvas, e assim amenizar os desequilíbrios gerados no ciclo hidrológico. A metodologia é fundamentada na aplicação de conceitos, técnicas e práticas que resultem no ato de conservar água. São empregadas tecnologias eficientes para a economia de água nas instalações hidráulico – sanitárias existentes na edificação, e a implantação de projeto específico de sistema de captação de água de chuva para usos não potáveis. Somente para efeitos comparativos, os resultados da análise financeira indicam uma previsão de economia média mensal obtida a partir dos valores cobrados pela

Companhia Estadual de Saneamento para o ano de 2009 no valor de R\$ 3.500,00 mensais.

Qualidade e Metrologia na Transferência de Custódia de Fluidos

Mila Rosendahl Avelino – INMETRO

Amsterdam de Jesus Souza Marques de Mendonça – INMETRO

O densímetro digital portátil é muito importante para medições em campo. Embora sua exatidão seja menor do que outros instrumentos ou métodos, é de extrema importância esse instrumento calibrado, pois, ela possibilita a realização de medições em diversos locais, além de determinar o resultado de forma rápida. O Laboratório de Fluidos (Laflu – Inmetro) é responsável nacionalmente pela rastreabilidade das medições de massa específica. Para isso, utiliza – se de diversos métodos como a pesagem hidrostática, de picnômetros, densímetros de vidro, densímetros de bancada. O objetivo deste estudo é desenvolver uma metodologia de calibração de densímetros digitais portáteis. Para a calibração do densímetro digital portátil foram realizadas medições da massa específica de fluidos de referência no mesmo, e no densímetro digital de bancada, para a realização do método de comparação.

Desenvolvimento de Instalação de Calibração de Micro Volume Aplicado à Microfluidica

Mila Rosendahl Avelino – INMETRO

O Laboratório de fluidos do Inmetro, Laflu, está desenvolvendo padronização primária de micro volume de líquido por gravimetria, na faixa de 100 microL/min até 1 mL/min. Um reservatório de água elevado, com altura de coluna d'água da ordem de centímetros fornece para um medidor em teste, determinada variação de volume com o tempo a água descarregada tende ao equilíbrio. A taxa de variação de micro volume é

coletada em um béquer e armazenada por uma balança de precisão, que é pesado em intervalos constante enquanto é preenchido. A taxa de variação do tempo de flutuação corrigida da massa do conteúdo do copo dá o fluxo de massa. A implementação do padrão de fluxo permitirá medições precisas de micro volumes não estáveis e heterogêneos (líquidos com células, proteínas e outros solúveis e componentes não solúveis). A evaporação da água do béquer é um efeito significativo e deve ser medida ou controlada com precisão. A camada de água líquida intermitente ou irregular da pipeta pela água no copo também pode ser um efeito significativo. No momento estamos explorando técnicas disponíveis na literatura como a utilização de uma película de óleo para limitar a evaporação e a utilização de um elemento de vidro poroso para controlar forças capilares e perdas por evaporação. Será apresentada uma análise de incerteza para a primeira iteração do padrão da taxa de variação de micro volume. Serão comparados os resultados obtidos com aqueles disponíveis na literatura de calibrações realizadas pelos Institutos Nacionais de Metrologia da Dinamarca e da Suíça.

HIST 2 – Pensamento Crítico Latino-Americano: Diálogos Possíveis entre História, Literatura, Memória e Patrimônio.

Coordenadores:

Prof^ª Dr^ª Ximena Antonia Díaz Merino – UFRRJ

Prof^º Dr. César Martins de Souza – UFPA

EMENTA:

Nossa proposta é integrar diferentes trabalhos que busquem compreender a História da América Latina a partir de diferentes fontes documentais, mas sobretudo em um diálogo com a produção literária decolonial. A

Literatura ao longo da História, em diversos momentos, constituiu uma voz possível para manifestar críticas sociais, descontentamento ou apoio a regimes político – econômicos excludentes e autoritários, bem como para manifestar encantamento e funcionar como um lugar da memória. A colonialidade epistemológica perpetuada pela produção de conhecimento a partir de uma matriz ocidental universalizante fundamentada na relação entre europeus e não – europeus deve ser subvertida a partir do intercâmbio de saberes com base na desconstrução de essencialismos, posto que “Não é tanto a condição histórica pós – colonial que deve reter nossa atenção, mas os loci pós – coloniais de enunciação como formação discursiva emergente e como forma de articulação da racionalidade subalterna[...]entendida como um conjunto diverso de práticas teóricas emergindo dos e respondendo aos legados coloniais na interseção da história euro – americana moderna.” (MIGNOLO, 2003, p. 139). As políticas de modernização implementadas na América Latina que muitas vezes trouxeram impactos socioambientais definitivos às sociedades atingidas, os sistemas políticos, acordos internacionais, saberes locais, paisagens ambientais e sociais são alguns dos temas presentes na Literatura escrita nas zonas de contacto (PRATT, 2010) a partir dos quais se deseja possibilitar um espaço para debates e para a construção de novas parcerias de investigação sobre a inter – relação entre os Estudos literários decoloniais e a História Latino – Americana.

RESUMOS:

Memórias e história do dragão de ferro da década de 1970: notas sobre os impactos da estrada de ferro carajás nos versos de Gutemberg Guerra

Anaís Sofia Gusmão de Araújo – UFPA

Vívia Nascimento Fonseca – UFPA

O processo de desenvolvimento do Programa Grande Carajás e suas graves consequências no parâmetro social, econômico e ambiental são uma fonte de discussões e divergências constantes no cenário científico –

acadêmico. Neste artigo, abordaremos através da literatura a “Estrada de Ferro Carajás”, nada mais que uma construção vinculada ao Projeto Grande Carajás que corta os Estados do Maranhão e do Pará, ligando o Porto do Itaqui no município de São Luís a Marabá e Parauapebas. Nesse sentido, é válido observar como a literatura pode ser considerada uma nova fonte histórica, tendo em vista que, segundo Gilberto Ferreira Sena Junior, a produção literária possui um elo com o espaço, com o tempo e com as condições socioculturais onde é construída, fornecendo uma visão da “história real” através de um observador, que é o escritor. O presente trabalho dispõe – se a realizar uma análise dos versos de Gutemberg Guerra em seu livro intitulado TREM, com o intuito de possibilitar, para além de reflexões e memórias manifestas, rememorar a história, as controvérsias, os impactos e os traumas vivenciados pelos sujeitos envolvidos com a instauração da Estrada de Ferro Carajás.

“Negra presuntuosa”: memória, história e identidade nas canções de Susana Baca

Anderson Albérico Ferreira – UERJ

Entendemos que a arte possui, dentre outras atribuições, uma vocação comunicacional e social, possibilidades que o sociólogo Howard Becker (2015) compreende como uma forma de representar o social. Nessa perspectiva, vários autores (PAZ, 1982; CARDOSA Y ARAGÓN, 1991) identificam na poesia uma forma de expressão que possibilita e influi na transformação, denuncia e nas disputas que se estabelecem em uma sociedade. A poesia é tanto um elemento de embate como um registro e linguagem da História (JOSEF, 1991). Partindo dessa ideia, de que a arte é orgânica e socialmente construída, entendemos que ela está inserida e submetida ao olhar do artista, que por sua vez, delimita, perscruta e seleciona determinados fatores, circunstâncias e atores (CARDOSO, 1988). Em suma, o olhar propicia a criação e a (re)produção de seu receptáculo mais íntimo e visceral que é a memória. Assim exposto, buscamos nesse trabalho analisar a poesia presente nas músicas da cantora

afro – peruana Susana Baca, ao identificarmos que a memória e a “voz” dos excluídos da História – negros, pobres e mulheres – ocupam um lugar central em sua obra. Em termos analíticos, focaremos no papel e na forma como a memória e a identidade dos “silenciados” são apresentadas nas canções produzidas pela cantora, uma vez que, são elementos que influem diretamente no processo de (re)escrita da História não só do Peru, mas da América Latina.

Imprensa e desenvolvimentismo na Amazônia (1956 – 1976)

César Martins de Souza – UFPA

No governo de Juscelino Kubistchek foi construída a rodovia Belém – Brasília, como parte de um amplo processo de grandes projetos desenvolvimentistas instalados na Amazônia e que seria acelerado a partir da década de 1970. Desta forma, diante do processo de modernização e de missão atribuídos à imprensa, esta se colocou atuante não apenas para acompanhar a implementação dos grandes empreendimentos como também manifestando euforia com esta agenda de desenvolvimento pensada para explorar as riquezas naturais da região amazônica. Busca – se assim, dialogar sobre uma agenda que inclui hidrelétricas, pontes e rodovias que viabilizassem a industrialização nacional e a exploração de riquezas minerais, do solo, da fauna e da flora da Amazônia o que provocou fortes impactos socioambientais na região.

Os lugares da velhice em Maria Lúcia Medeiros: memória e imaginário sobre o envelhecimento na Amazônia no século XX

Filipe Alves Sanches – UFPA

A pesquisa “Os lugares da velhice em Maria Lúcia Medeiros: memória e imaginário sobre o envelhecimento na Amazônia no século XX” tem como objetivo investigar como a velhice é representada nos contos de Maria

Lúcia Medeiros (1942 – 2005), autora nascida em Bragança (PA). Propõe uma análise das múltiplas experiências da velhice no contexto amazônico registradas pela autora em seus contos, abordando aspectos do imaginário sobre a velhice e o envelhecimento como fenômeno social à luz de Bosi (1979), Beauvoir (1970) e Debert (2006). A ideia é verificar como a autora compõe as personagens idosas mobilizando elementos sobre o tema em suas narrativas, a fim de compreender o lugar – ou os lugares – que os idosos ocupam nas sociedades amazônicas. Em segundo plano, este trabalho busca refletir acerca da representação da velhice na literatura e dos arquétipos e mitos construídos em torno da experiência da velhice (BRUNEL, 1998). Com esse propósito, serão analisados os contos “Mater Dolorosa”, “Horizonte Silencioso”, “I’m in the mood for love”, “Quarto de hora” e “Maria Tarquínia” e também o livro “O lugar da Ficção”, além de trechos do diário pessoal da autora e de publicações não – literárias colhidas durante a pesquisa (cartas, entrevistas e artigos publicados), para compreender o contexto de produção das obras e observar como a memória e a experiência vivenciada pela autora atravessam a sua construção literária.

**“Un ser que no es humano no tiene opiniones, amo.”: por
pensamentos e ações que transcedam a visão racista e destrutiva
perpetuada através da colonialidade vigente**

Gláucia Peçanha Alves – UFRN

Em *La isla bajo el mar* (2016) Isabel Allende traz uma perspectiva revisionista da história contada e documentada através do discurso hegemônico sobre a colonização do Haiti. Sua releitura, do ponto de vista do colonizado, apresenta as implicações do processo colonial e expõe várias estratégias de colonização e resistência. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo suscitar reflexões acerca do colonialismo e dos processos de dominação e de exploração das populações indígenas e afro – diaspóricas, sobretudo, as que foram levadas ao Haiti. Para tanto, se discute o conceito de raça no pensamento decolonial para entender como

a implementação desse conceito sustentou a colonização e estrutura a colonialidade hoje. As análises estão fundamentadas nos estudos críticos de Quijano (2005,2014), Franz Fanon (1961), Hall (2003), Thomas Bonnici (1998), entre outros.

Literatura e a construção da Rodovia Transamazônica (BR – 230): o otimismo na obra de Luiz Paiva de Castro

José Valtemir Ferreira da Silva – UFPA

O presente estudo tem como propósito apresentar e refletir sobre a obra da literatura nacional Traçado íntimo da Transamazônica de Luiz Paiva de Castro (1971), que ambienta e tematiza o momento histórico da construção da rodovia Transamazônica (BR – 230) na década de 1970. Esta produção integra corpus de obras coletadas ao longo da pesquisa de doutoramento em andamento na área de Estudos Literários, iniciada em 2019 (PPGL – UFPA) e suscita discussões sobre temas que penetraram o ambiente de construção da referida rodovia e que aparecem como possibilidades para uma reflexão do cotejo literatura e evento histórico. Neste estudo recorta – se para a análise a comprovação de um otimismo acerca da construção da estrada que adentra a mensagem literária. Para sua consecução, foi feita a consulta de fontes bibliográficas e documentais que se remetem ao evento histórico, bem como a consulta a teóricos que fundamentam o estudo da memória e da literatura, como Halbwachs (2003) e Candido (2014); e que abordam o evento histórico, como Braga (2015) e Martins de Souza (2012).

**A Patagônia Argentina sob o olhar da exploração: as faces
liberais das ditaduras argentinas na história e literatura (1966 –
1973) (1973 – 1983)**

Paulo Nilber Ribeiro da Costa – UFPA

Esta pesquisa tem como enfoque de estudo a Patagônia argentina e a influência liberal na política argentina sob o seu território, território este, olhado pelos governos argentinos como subdesenvolvido porém com alto potencial exploratório, a Patagônia aproximar – se em suas semelhanças com a Amazônia brasileira, tanto nos discursos como na maneira que é tratada pelo governo, deste modo, buscou – se em obras bibliográficas, artigos, fontes secundárias e escritos oficiais baseada em pesquisa de cunho histórico – social os impactos naquele território, entre eles conflitos ambientais que são encontrados não só na Patagônia mas também em toda América Latina, entre os resultados podemos encontrar a grande participação de empresas privadas trabalhando em conjunto com o governo para explorar a área e desorganizando assim toda uma estrutura ambiental.

O patrimônio cultural e a transculturação em Los ríos profundos

Shirlene dos Santos Silva – UFF

Em Los Ríos profundos (1958), romance indigenista do escritor e antropólogo peruano José María Arguedas (1911 – 1969) destaca – se o universo social e cultural andino no qual se observa o processo de transculturação na formação da comunidade peruana. O autor também descreve elementos da arquitetura e da cultura que formam o patrimônio cultural do país. Veremos como a transculturação influenciou na construção da obra literária, assim como, a intencionalidade do escritor ao apresentar elementos que vieram a constituir o patrimônio cultural. Propomos com este trabalho entender a formação da comunidade andina, e analisar os conceitos desenvolvidos para compreender e preservar a identidade e a memória de um povo. Além disso, refletiremos sobre a importância do romance em pauta, para o estudo dos conceitos de transculturação e de

indigenismo peruano. Ainda, verificamos que a contribuição social do estudo aponta para uma reflexão do processo formador da América Latina e a busca por sua identidade cultural. O estudo dispõe um caráter analítico a partir de uma abordagem crítica sociológica com interpretação de textos teóricos desenvolvidos por Ángel Rama (1984), Fernando Ortiz (1940) e Irlemar Chiampi (2015) entre outros.

**Cinquenta anos de implantação da rodovia Transamazônica:
Análise da taxa de retenção migratória no módulo rural do km 95
(sul), Medicilândia – Pará**

Sônia Aparecida Feiteiro Portugal – UFPA

A rodovia Transamazônica implantada pelo governo militar, na década de 1970, atraiu milhares de famílias iludidas por promessas de uma colonização dirigida, com amparos e incentivos aos parceiros. Alguns dos módulos rurais (agrovila e vicinal) planejados pelo governo foram construídos ao longo de mais de cinco mil quilômetros da rodovia e habitados pelos migrantes de todos os estados do Brasil. A experiência que deveria ser complacente para os camponeses empobrecidos e desempregados de todo o país, completa cinquenta anos e sobrevive ao abandono do projeto de colonização desde 1974. O presente estudo tem como objetivo empreender uma reflexão acerca do módulo rural do Km 95 (Sul) construído na Transamazônica. O foco principal desse trabalho será averiguar a taxa de retenção migratória considerando os motivos de desistência e permanência dos migrantes, chegados de 1971 a 1974. A metodologia usada foi a realização de entrevistas com um grupo focal de pioneiros que permanecem na localidade até os dias atuais, coleta de dados, elaboração de estatística e análise.

O Willimapu e os desdobramentos da travessia de Magalhães

Ximena Antonia Díaz Merino – UFRRJ

A travessia idealizada e comandada por Fernão de Magalhães constitui um fato histórico que modificou significativamente o mundo no século XVI. Buscava encontrar uma rota no extremo sul do continente americano que o levasse às ilhas das especiarias. Após quase três anos de navegação (1519 – 1522) foi concluída a primeira circum – navegação da Terra. Ao percorrer o estreito que conecta o Atlântico ao Pacífico, Magalhães navegou pelas margens do Willimapu, território habitado pelos grupos nativos austrais. Em decorrência desta viagem territórios desconhecidos foram incorporados à cartografia do século XVI. A celebração dos 500 anos do “descobrimento” do Estreito de Magalhães enaltece a façanha do capitão português. Por outro lado, sob a perspectiva dos povos originários do Chile e da Argentina, quais foram as consequências deste evento histórico? Hema’ny Molina Vargas, descendente do povo Selk’nam, afirma que a travessia de Magalhães “fue el principio para marcar luego lo que fue una injusticia muy grande, que fue el principio del fin de nuestra forma de vida natural” (21/08/2020). Portanto, levando em consideração que “La voz del hombre austral ha estado completamente ausente de la historia” (STAMBUK, 21/08/2020), propõe – se refletir sobre os desdobramentos desta travessia na vida dos povos nativos meridionais.

Um caminho à igualdade: o testemunho de Domitila Barrios de Chungara

Yasmin Justo da Silva – UFF

Nessa comunicação procuramos travar um diálogo entre Literatura e memória, por meio da releitura do testemunho de Domitila Barrios de Chungara (1937 – 2012), líder operária boliviana, no texto *Si me permiten hablar. Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*” (1977) mediado por Moema Viezzer, socióloga e educadora popular brasileira,

estreitando assim os laços latino – americanos entre Brasil e Bolívia. Nesta releitura, procuramos observar como a boliviana com o protagonismo que alcançou na Tribuna Internacional da Mulher, em 1975, relatou os problemas de seu povo e suas dificuldades, desde a invasão dos espanhóis à América Hispânica até o século XXI. Além disso, também iremos nos centrar nas questões que envolvem a autoria desse testemunho, já que “la voz del subalterno nos invade en la vida cotidiana pero solamente la asumimos como parte de nuestras preocupaciones académicas cuando ha sido sometida por ciertos requerimientos” (CORNEJO POLAR, 2003, p.202). As análises estarão ancoradas nos estudos de Jean Franco (2002), Antonio Cornejo Polar (2003), Livia Reis (2009) e Françoise Vergés (2020).

La relación entre violencia y poder presente en El sueño del Celta y Brevisima relación de la destrucción de las Indias

Yasmim Gaspar Costa – UFRRJ

El texto analiza la novela *El sueño del Celta* (2010) de Mario Vargas Llosa y *Brevisima relación de la destrucción de las Indias* (1553) de Bartolomé de las Casas a partir de los cuestionamientos levantados por Tzvetan Todorov en los capítulos 3 y 4 de *La Conquista de América* (1982); con énfasis en el tópico “Esclavismo, colonialismo y comunicación”. Se trata de una reflexión sobre los posicionamientos de Roger Casement y de Bartolomé de las Casas, los cuales son contra la violencia impuesta por el colonialismo europeo de fines del siglo XIX e inicios del XX en el Congo y del siglo XVI en América española, respectivamente. Mientras que el diplomata irlandés cuestiona la manera cómo el régimen colonial belga es impuesto a los congolese, el fraile español se posiciona contra los castigos físicos practicados por los colonizadores españoles contra los indígenas americanos. Las Casas direcciona sus cuestionamientos, principalmente, a la conversión religiosa, mientras Casement reflexiona sobre aspectos culturales de las sociedades en conflicto. Sin embargo, aunque están contra la violencia colonialista, Casement y las Casas

presentan actitudes conflictivas al considerar atrasada la forma de vida de los grupos subyugados, por lo que cuestionaremos si “¿Puede uno querer realmente a alguien si ignora su identidad, si ve, en lugar de esa identidad, una proyección de si o de su ideal?” (Todorov, 1982, p. 182), es decir, si Casement y las Casas reconocen al “otro” como un ser individualmente diferente o si su defensa a los subalternizados se trata de una cuestión de poder.

“Caranguejo na pista”: memórias da história da construção da rodovia PA 458 – Bragança à Ajuruteua

Zenúbia Oliveira Silva – UFPA

Busca – se examinar as memórias da história da construção da rodovia PA – 458 – Bragança à Ajuruteua, atentando para a interação da comunidade local, com relação às instâncias Espaço e Tempo. O objetivo é analisar o processo histórico que demarcou a construção da rodovia e que ocasionou mudanças no território: um manguezal, rico em biodiversidade, funcionando em suas condições naturais, abrigando uma infinidade de espécies da flora e da fauna amazônicas, com fluxo e refluxo da maré. A pista (PA – 458) é construída em meio a esse manguezal, que, desde então, nunca mais foi o mesmo. Tais mudanças também foram de grandes impactos para os moradores, onde ainda hoje tem em suas memórias esse difícil período da história. Usar – se – á como referencial teórico autores como José Dumond (2012), Thomas Keith (2010), Bruno Latour (2019), Warren Deax (1996), Lara & Cohen (2003) e Novelli (1995) que discutem a relação memória, passado, natureza, manguezal e ecossistema. Desta forma, a disposição final do trabalho será registrar os relatos, as experiências dos sujeitos procedentes das comunidades e dos territórios atravessados pela rodovia, especialmente no ecossistema do manguezal e na vida dos catadores de caranguejo.

POL 1 – O Papel da Rede Pró-Rio: Debate e Ação Pública sobre o Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro.

Coordenador:

Prof^o Dr. Bruno Leonardo Barth Sobral – UERJ

EMENTA:

O simpósio pretende fortalecer e ampliar o debate da política pública estadual e das municipalidades fluminenses. Os temas de interesse são:

- 1) Federalismo, Administração e Direito Público e suas interfaces com o fortalecimento institucional do Estado do Rio de Janeiro;
- 2) Visão estratégica sobre o desenvolvimento regional e suas implicações para políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro.

A primeira linha temática é voltada ao debate de finanças públicas e fortalecimento da máquina pública para assumir visão estratégica com eficientes mecanismos de regulação e aplicação de direito tributário. Da mesma forma, associa a questão nacional e o debate necessário sobre o fortalecimento do pacto federativo e do desenvolvimento institucional.

A segunda linha temática é voltada ao debate do atual cenário de crise que reflete o impasse nesse modelo histórico de desenvolvimento. Uma das razões é justamente a falta de reflexão organizada e condução de uma visão estratégica. Nesse sentido, os trabalhos nessa linha podem se voltar para discussão de serviços públicos e políticas de fomento a estrutura produtiva e sistema logístico e sua interface com questões sociais, territoriais e ambientais.

RESUMOS:

O Desenvolvimento Rural sob o olhar de um Novo Paradigma: o caso do estado do Rio de Janeiro

Alcimar das Chagas Ribeiro –UENF

A crise econômica no estado do Rio de Janeiro gera reflexões sobre possíveis alternativas à atividade petrolífera. As expectativas no setor sem estratégias efetivas para absorção das externalidades positivas, viraram frustração com o encolhimento produtivo da Bacia de Campos na última década. A participação relativa de 87,14% na produção do país em 2009 caiu para 30,65% em 2020 (ANP, 2020).

Nesse contexto muitas lideranças dirigem o discurso para a necessidade de investimento na agropecuária. Falam em agronegócios e em agricultura familiar, sem um diagnóstico mais preciso.

Na verdade, a concepção de agricultura convencional vem se fragilizando no tempo. A redução do emprego tornou – se um grave problema setorial no mundo. Nas economias rurais da Europa esse problema se tornou evidente entre as décadas de 1980 e 1990, motivando esforços para a transformação estrutural dessas economias, através do crescimento econômico e oportunidade de emprego (OECD, 2006).

Esse processo se transformou na base do Novo Paradigma que defende uma abordagem baseada no local para o desenvolvimento rural e se configura no foco do nosso trabalho, cujo objetivo é sistematizar os fundamentos essenciais de combate a carências de escala, tecnologia, informação, gestão, assim como, induzir a diversificação e combate a emigração dos jovens.

Palavras chave: desenvolvimento rural, competitividade regional, Novo Paradigma rural

A dinâmica do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro – 2010–2019

Clician Oliveira – Corecon/RJ
Denise Guichard Freire – IBGE
Katia Cilene M. Carvalho – IBGE

O objetivo desse trabalho é analisar a evolução do emprego formal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2019 em comparação com os de outros Estados. Esse estudo aponta que a mudança no mercado de trabalho na economia brasileira, resultante da redução do crescimento a partir de 2015 e da reforma trabalhista em 2017, implicou em nova desconcentração no mercado de trabalho formal, afetando principalmente as metrópoles. Este impacto tem sido maior no ERJ devido à sua especialização na exploração de petróleo e gás e em atividades de serviços. Os resultados revelam que o ERJ tem registrado os piores indicadores de mercado de trabalho no Brasil. O diagnóstico é que os mecanismos para reativar a economia do ERJ em termos de empregos e renda possuem menos potencial de dinamização em relação a outros estados, sobretudo porque estão atrelados ao mercado internacional de petróleo e houve reorientação estratégica dos investimentos no setor no Brasil. Reestruturá – los implica na execução de um plano de desenvolvimento mais amplo que envolva e coordene vários atores econômicos no médio e longo prazos, além de reorientar e diversificar as atividades produtivas no ERJ, em particular as mais intensivas em conhecimento e tecnologia.

Custo do Déficit de Petróleo para a Economia do Estado do Rio de Janeiro

Joilson de Assis Cabral
Adriano de Oliveira da Silva

Os setores ligados à atividade petrolífera são de suma importância para a economia do estado do Rio de Janeiro (ERJ) em relação à produção, emprego e renda (Silva et al., 2016). No ano de 2015, o ERJ produziu

67% do óleo e 40% do gás brasileiro (ANP, 2016). Apesar dos excelentes números do setor, a atividade prolífera é pouco densa no ERJ e é suscetível a fatores externos tais como política internacional de preços do petróleo, geopolítica do petróleo, regulação e normas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, até mesmo, guerras nos países produtores. Dada a vulnerabilidade externa inerente às atividades petrolíferas, as políticas públicas de desenvolvimento regional específicas ao setor de petróleo perdem autonomia. Diante do exposto, faz – se necessário entender, analisar e quantificar a dependência da economia do ERJ em relação ao setor de petróleo. Para empreender tal análise será utilizado método de extração hipotética de insumo produto proposto por Dietzenbacher et al. (1993) para o ano de 2015. Por meio desta metodologia será possível estimar a variação setorial e no PIB do ERJ decorrente da retração do setor de petrolífero do estado estimando uma curva do custo do déficit de petróleo para a economia fluminense.

Palavras – chave: Produção de petróleo; impactos setoriais; Rio de Janeiro

Análise dos Efeitos dos Gastos Emergenciais com Covid-19 na Produção e Emprego dos Setores Produtivos do Rio de Janeiro

Thaís Ribeiro da Silva
Joilson de Assis Cabral
Carlos Otávio de Freitas

Os gastos emergenciais para combater a pandemia de Covid – 19 no estado do Rio de Janeiro ultrapassaram o montante de R\$1,8 bilhões. Diante deste vultuoso recurso dispendido, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos destes gastos na economia do estado do Rio de Janeiro. Para alcançar o objetivo proposto, será utilizado o método inter regional de insumo – produto. Esta metodologia é aderente uma vez que possibilita mensurar os impactos dos gastos emergenciais ao combate do Covid – 19 no produto e na renda. Como base de dados será empregada a matriz inter – regional de insumo – produto para o arranjo populacional do Rio de Janeiro para o ano de 2015 disponibilizada por Haddad et al.

(2020).

Como resultados, pretende – se mensurar os impactos dos gastos emergenciais no combate a pandemia de Covid – 19 em relação ao produto e emprego para as três regiões do arranjo populacional do estado do Rio de Janeiro.

Palavras – chave: Gastos emergenciais; Covid – 19; Produção; Emprego; Rio de Janeiro

Fim do Auxílio Emergencial: Impactos Setoriais e no PIB do Estado do Rio de Janeiro

Victória Figueira Benedicto

Joilson de Assis Cabral

Thierry Molnar Prates

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto setorial e no PIB do término do auxílio emergencial sobre a estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro. Para alcançar o objetivo proposto, será empregado o método interregional de insumo – produto. Como base de dados será utilizada a matriz de insumo – produto para o arranjo populacional do estado do Rio de Janeiro para o ano de 2015 disponibilizada por Haddad et al. (2020). Visto que a matriz está desagregada para três regiões fluminenses mais o restante do Brasil, além dos impactos no estado do Rio de Janeiro, será possível ainda mensurar a importância das transferências realizadas no estado para o restante do Brasil. Neste sentido, a principal contribuição deste trabalho é evidenciar a importância da contribuição do auxílio emergencial no arrefecimento dos impactos econômicos da pandemia de COVID – 19 no estado do Rio de Janeiro. Por meio dos resultados encontrados, é possível apontar para a necessidade de discussão de implantação de um projeto de renda básica brasileira, visto que o auxílio emergencial impactou de forma significativa o PIB do estado do Rio de Janeiro.

Crise estrutural fluminense e a abordagem da “Escola de campinas” : uma interpretação baseada nas contribuições de Wilson Cano

Bruno Leonardo Barth Sobral – UERJ

Bruno Cabral Muniz Freire

Maria Clara Vieira Paiva

Wilson Cano é um dos principais mestres brasileiros sobre o papel fundamental da dimensão territorial em estratégias nacionais de desenvolvimento econômico. Sua obra se insere numa corrente de pensamento econômico brasileira reconhecida como “Escola de Campinas”. O presente artigo abordará, em linhas gerais, o método empregado para análise regional diante da proposta da referida escola. Posteriormente, será destacada a possibilidade de reinterpretação da questão regional brasileira segundo a originalidade da contribuição de Wilson Cano. A partir desse arcabouço, serão apontadas as implicações para uma visão crítica do processo de desenvolvimento fluminense, em particular, a raiz de sua crise estrutural diante dos limites para consolidação de um complexo regional

O Rio de Janeiro e o Regime de Recuperação Fiscal

Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth – TCE-RJ

Nina Quintanilha Araujo

O trabalho analisa a adesão do RJ ao Regime de Recuperação Fiscal destacando:

- situação fiscal do Estado que justificou a adesão;
- funcionamento do regime e potenciais benefícios;
- principais propostas do Plano de Recuperação Fiscal do RJ e implementação;
- possíveis impactos negativos nas finanças estaduais diante da crise econômica e pandemia.

A adesão se justificou pela suspensão de prazos e de cumprimento de

limites da LRF e do pagamento da dívida. Enquanto alguns aspectos do RRF possibilitaram melhora das contas no curto prazo, outros não são favoráveis à sustentabilidade de indicadores fiscais a longo prazo (como a sistemática de recálculo do saldo devedor da dívida, que prejudica a recondução ao limite legal).

Um programa baseado na austeridade fiscal não parece capaz de resolver a crise. Além das dificuldades políticas e econômicas que limitam a ação dos governos subnacionais, a frustração de medidas previstas reflete incapacidade de planejamento e articulação das várias esferas do governo estadual para resolver problemas estruturais crônicos, como o ineficiente controle de benefícios fiscais.

Cidade de Deus nas primeiras décadas do século XXI e os sinais do século XX

Prof^o Anderson Oriente

Este artigo analisa o Conjunto Habitacional Cidade de Deus. De forma objetiva apresentamos um histórico do território, a partir da sua criação, quando foram para lá moradores oriundos do processo de “limpeza étnica” da zona sul e de parte da zona norte do Rio de Janeiro, em um processo conhecido como remoção. Em seguida, acompanhamos os últimos 13 anos desta comunidade que possui um pouco mais de 50 anos. Consequentemente revelamos o porquê da criação de um banco comunitário de desenvolvimento no local.

Reconversão industrial como estratégia de fomento à estrutura produtiva: limites e potencialidades para o Estado do Rio de Janeiro

Guilherme de Oliveira Santos

Antonio Pedro Lima

Julia Zardo

Renata Lèbre La Rovere

Na esteira dos impactos causados pela pandemia da Covid – 19, a discussão sobre reconversão industrial tornou – se presente na agenda de empresários e policymakers. No entanto, a maioria das iniciativas focou em grandes empresas e se baseou em incentivos fiscais. O Estado do Rio de Janeiro (ERJ), que desde 2014 enfrenta uma grave crise econômica, foi fortemente afetado pela pandemia: entre janeiro e novembro de 2020 foi o estado que sofreu a maior perda de empregos formais (CAGED, 2020). Paralelamente, algumas iniciativas de reconversão propostas não tiveram sequência pois focavam em incentivos fiscais, o que está proibido pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) vigente. Desta maneira, este artigo tem como principal objetivo discutir de que forma o ERJ pode adotar medidas de reconversão industrial tendo em vista o atual RRF que limita o aporte de recursos pelo estado. Para tanto, discutiremos algumas iniciativas de reconversão focadas em pequenas e médias empresas capitaneadas pela FIRJAN, analisando os pontos fortes e fracos de tais ações e, com base nisso, refletir sobre o papel do Estado em ações futuras visando o fortalecimento de sua estrutura produtiva.

RI 1 – Derechos Humanos y Relaciones Internacionales: Nuevos Desafíos en Democracias en Crisis

Coordinadores:

Prof^o Dr. Carlos Juárez Centeno – Universidad Nacional de Córdoba y Universidad Blas Pascal

Prof^a Dr^a E. Susana Borgarello – Universidad Nacional de Córdoba y Universidad Blas Pascal

EMENTA:

Nuestro simposio tiene como eje fundamental la crisis de las democracias y sus vínculos con los derechos humanos y las relaciones internacionales, En la segunda década de este siglo XXI se visibiliza un debilitamiento de las democracias , entrando en crisis y con ellas los derechos humanos. Nos preguntamos si las relaciones internacionales podrán reforzar las democracias, conformando un escudo tuitivo para los derechos humanos? Al respecto traemos a colación – con el objeto de generar el debate – la postura del teórico Luigi Ferrajoli y su análisis respecto a “La crisis de la democracia en la era de la globalización”. Haciendo una apretada síntesis plantea la *falta de una esfera pública internacional capacitada para enfrentarse a los nuevos poderes supraestatales*, como la paz, la seguridad y los derechos fundamentales vinculados a la guerra, la degradación del medio ambiente, los conflictos étnicos, las crisis humanitarias, el crimen organizado transnacional, la trata de personas, la brecha cada vez más expandida de las desigualdades, entre otros. Esfera pública internacional conformada por instituciones con funciones de carácter efectivo, dedicadas a la tutela de esos intereses expuestos supra, con decisiones de cumplimiento real, (una especie a nuestro entender de constitución global). No hay dudas que los gobiernos democráticos estatales, tal como afirma Ferrajoli, entran en crisis cuando muestran, entre

otras cuestiones, su propia incompetencia o inhabilidad para desarrollar, implementar y lograr políticas públicas superadoras de estas problemáticas que hacen a los derechos humanos. Situación que genera tensión entre las relaciones internacionales y el vínculo democracia – derechos, porque los Estados democráticos deben cumplir el principio de ‘pacta sunt servanda’. La premisa que debe primar es que existe una fuerte correlación entre la democracia y los derechos humanos, la crisis de aquella implica que la vigencia de estos no sea promisoria en esta realidad globalizada pero tensionada. Es fundamental para ello, adhiriendo al planteo de Luigi Ferrajoli, llevar el estado de derecho al ámbito más amplio de las relaciones internacionales, dada la presencia de un mundo globalizado cada vez más frágil e interdependiente. No hay que olvidar que democracia y Derechos Humanos conforman una fusión infragmentable, es por ello que hoy más que nunca las relaciones internacionales deben poner el acento en ello, única forma posible – si la hay – de revalorizar los sustentos democráticos y lograr un mundo más equitativo y digno. Este simposio se propone debatir estas cuestiones candentes derivadas de la triple problemática: Las democracias en crisis, su consecuente incidencia en los derechos humanos y por ende la tensión en las relaciones internacionales.

RESUMOS:

Medio ambiente y políticas públicas – caso Mendoza Beatriz

Sandra Cristina Rinaldi – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

La Corte Suprema de Justicia de la Nación a través de la sentencia de 2008 “Mendoza, Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (daños derivados de la contaminación ambiental del Río Matanza – Riachuelo)” se propone por primera vez un plan de política pública en materia de saneamiento ambiental, en nuestro caso en estudio el de la cuenca hídrica Matanza – Riachuelo Para ello conmina a los gobiernos demandados – gobierno nacional, provincial y ciudad autónoma de Buenos Aires – a su puesta en valor saludable en conjunto con el

Consejo Federal de Medio Ambiente (COFEMA) debiendo presentar un plan de saneamiento de la cuenca, también a las empresas del lugar para que presenten información pública relativa a sus procesos productivos, estableciendo al efecto un sistema de audiencias públicas para la participación ciudadana en el Se estructura así ese modelo institucional de cómo sanear la cuenca hídrica Matanza – Riachuelo, denominado “Plan Integral de Saneamiento Ambiental” (Pisa). Para controlar que se cumpla el mismo se creó un cuerpo colegiado, formado por organizaciones vecinales y ambientales – Fundación Ambiente y Recursos Naturales, Greenpeace, el Cels, la Comisión de Vecinos de La Boca y la Asociación Civil de Derechos Humanos – bajo la presidencia de la Defensoría del Pueblo de la Nación. Es la primera sentencia que se aboca a conformar un plan ambientalista de saneamiento y cuyo control último está en este organismo judicial.

La FIFA y los Derechos Humanos: tensiones en las Copas del Mundo.

Adrián Serafin Tuninetti – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

Mediante la presente ponencia, se describirán en primer lugar los hechos relacionados a abusos en materia de Derechos Humanos con motivo de la realización de la Copa Mundial de la FIFA Brasil 2014 y Rusia 2018. Asimismo, y fruto de un profundo recambio interno luego de la crisis de la institución en 2015, se detallan las medidas adoptadas por esta mediante la implementación de una nueva política de transparencia como así también la recepción de normativa internacional sobre Derechos Humanos en su reglamentación interna. Finalmente, y en vísperas a una nueva copa del mundo en Catar 2022, las denuncias por violaciones a los derechos humanos vuelven a salpicar a la FIFA. Se concluye que es necesario no sólo producir cambios en la legislación interna, sino que, además, esas

prácticas deben efectivamente plasmarse en la actividad de la institución para dejar atrás esas viejas prácticas que pusieron en jaque a la entidad.

Medio ambientes: el cumplimiento normativo nacional e internacional en casos testigos de los tribunales de Justicia de Córdoba y Entre Ríos

Matias Ignacio Borgarello – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

El derecho al medio ambiente se encuentra ampliamente reconocido en el derecho argentino. Así, por un lado, el artículo 41 de la CN que explícitamente se pronuncia por la protección medioambiental y el artículo 43 que dispone que la acción de amparo podrá ser ejercido en relación a los derechos que protegen al ambiente.

La CIDDHH en su párr. 180 de la Opinión Consultiva sobre Medio Ambiente dada a conocer en febrero de 2018, sostiene que los Estados deben actuar conforme al principio de precaución, a efectos de la protección del derecho a la vida y a la integridad personal, frente a posibles daños graves o irreversibles al medio ambiente, aún en ausencia de certeza científica.

A través del ejercicio jurisdiccional nuestra justicia provincial de Córdoba cumple con estos compromisos, así el caso “Cemincor y Otra c/Superior Gobierno de la Provincia – Acción declarativa de inconstitucionalidad’ del 11 de agosto de 2015 resuelto por el Tribunal Superior de la Provincia y la consecuente opinión del procurador fiscal de la Corte Suprema de Justicia de la Nación – CSJN – en octubre de 2018; el caso Gabrielli Jorge Alberto y otros P.S.A. Infracción Ley 24.05” de setiembre de 2012, confirmado por el Tribunal Superior de la Provincia en 2015 y por Corte Suprema de Justicia de la Nación en 2017; y además – ya en la justicia federal de Córdoba – el fallo “Cruz, Silvia Marcela y otros c/ Ministerio de Energía y Minería de la Nación s/amparo ambiental” – diciembre de 2019 – . También en la misma línea tuitiva se encuentra Entre Ríos

Palabras claves Medio ambiente como derecho humano. Medio ambiente y salud. Jurisprudencia ambiental

Normativa legal Argentina en torno a la preservación del medio ambiente

Fernando Nicolás PIZZICARI – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

El Congreso Nacional dictó varias normas relativas al Medio Ambiente. Por estas leyes se establecen competencias deslindadas porque tenemos un sistema federal. La Nación tiene atribuidas determinadas competencias y todas aquellas otras que no le fueran delegadas son reservadas para las provincias. Eventualmente puede haber concurrencia en algunas actividades. Con la reforma Constitucional y la incorporación del art. 41 vamos a una integración de actividades entre la Nación y las provincias, situación que hasta el día de hoy no se daba porque atento a los principios de la Constitución Nacional todo lo que era materia de protección del medio ambiente y de los recursos naturales caía dentro de la esfera propia de las provincias.

Actualmente se encuentra en vigor la ley General del Ambiente N° 25.675 que establece los presupuestos mínimos para el logro de una gestión sustentable y adecuada del ambiente la preservación y protección de la diversidad biológica y la implementación del desarrollo sustentable. a la que se une la opinión consultiva de la CIDDDH (OC – 23/17)

La participación ciudadana en los procedimientos de evaluación de impacto ambiental

Esther Susana Borgarello – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

La Constitución Nacional protege el medio ambiente a través del art 41, y por el art 43 dispone la institución del amparo para la defensa de los derechos que no se relacionen con el habeas corpus. La normativa constitucional se ve plasmada entre otras normativas en la Ley General de Ambiente LGA – ley 25275. que en su art. 21 dispone: La participación ciudadana deberá asegurarse, principalmente, en los procedimientos de evaluación de impacto ambiental y en los planes y programas de ordenamiento ambiental del territorio, en particular, en las etapas de planificación y evaluación de resultados”. Es así que uno de sus principales objetivos es el de fomentar la participación social en materia ambiental sea a través de audiencias públicas o en caso de daño ambiental a través de la acción de amparo ante la justicia, es así que ya sea de los ciudadanos en forma particular o agrupación, estos pueden pedir el cese de la actividad que provoca el daño ambiental afectando su la forma de vida y su salud Es el derecho humano un ambiente sano de sus habitantes y explícitamente reconocido por la Corte Interamericana de DDHH en su opinión consultiva 23/18 sobre “Medio Ambiente y Derechos Humanos”.

Multilateralismo y DDHH. Una salida a la crisis de la gobernanza global.

Carlos Alfredo Juárez Centeno – Universidad Nacional de Córdoba /
Universidad Blas Pascal

Gonzalo Gabriel Ghiggino – Universidad Nacional de Córdoba

En el presente artículo abordamos la crisis actual de la gobernanza global, que a nuestro criterio es producto de un sistema internacional basado en la rentabilidad financiera y excluyente del bienestar humano. Esta gobernanza, consolidada tras la caída de la Unión Soviética y alimentada

por el unipolarismo norteamericano, tuvo su correlato en la globalización neoliberal, y como la definió Manuel Castells es incluyente de todo lo que tiene valor y excluyente de lo que no lo tiene. Esto sin dudas ha generado una profunda desigualdad y exclusión, que ha socavado los cimientos mismos de los valores democráticos.

Entendemos que, por esta crisis de la gobernanza, los posibles escenarios tal vez no sean del todo alentadores, y el ascenso de nuevas potencias genere más fricciones a las ya existentes. Por ello una apuesta al multilateralismo, específicamente desde la Argentina a través de la UNASUR y otros socios regionales y extra regionales, es una solución a los problemas actuales. La extrema polarización ideológica, y los riesgos que ello acarrea, solo puede ser superada si entre las naciones se refunda un nuevo orden basado en el estricto respeto de los derechos humanos.



MESAS-REDONDAS

MR-7 – Loucura, Sociedade e Alienação

1) Víctor M. Vargas-González – Universidad Nacional – Costa Rica

Instituciones de control social como mecanismos de alienación en el contexto de la pandemia por la COVID-19

RESUMEN:

Desde finales de 2019, pero más fuertemente desde 2020 el planeta sufre los efectos de una pandemia, la COVID-19, como no se había visto desde la gripe o influenza española de 1918, con una mortalidad para aquel tiempo de alrededor de 50 millones de personas a nivel mundial, según los reportes oficiales de las autoridades de salud. Hoy los datos ofrecidos por las organizaciones a nivel mundial, sobre los efectos de la pandemia, suponen un poco más de un 10% de muertes respecto de la cifra que en 2 años alcanzó la última pandemia que asoló la humanidad, hoy a nivel mundial se tiene cifras de más de 2.7 millones de seres humanos muertos por efectos de la COVID-19. Reducir una enfermedad como la que vivimos solamente a los datos en lo relacionado a la salud pública, sería no hacer justicia a los “efectos colaterales” que ha traído consigo la misma. Este trabajo pretende ofrecer algunas apreciaciones desde la óptica del control social en Costa Rica, que ejercen las instituciones del Estado, como mecanismos de alienación sobre sus habitantes, bajo el pretexto de la defensa de la salud pública mundial; sin querer por ello pasar por negacionista o propulsor de teorías de conspiración, que ningún favor le hacen al ser humano al enfrentarse o adaptarse a eventos de extinción humana planetaria.

Palabras clave: Pandemia, COVID-19, control social, alienación, instituciones del estado.

RESUMO:

Desde o final de 2019, mas com mais força desde 2020, o planeta sofre os efeitos de uma pandemia, a COVID-19, como não se via desde a gripe espanhola ou influenza de 1918, com uma mortalidade na época em torno de 50 milhões pessoas em todo o mundo, de acordo com relatórios oficiais das autoridades de saúde. Hoje os dados oferecidos por organizações em todo o mundo, sobre os efeitos da pandemia, supõem pouco mais de 10% das mortes com respeito à cifra que em 2 anos atingiu a última pandemia que devastou a humanidade, hoje mundialmente tem cifras de mais de 2,7 milhões de seres humanos mortos pelos efeitos do COVID-19. Reduzir uma doença como a que vivemos apenas aos dados relativos à saúde pública não faria jus aos “efeitos colaterais” que trouxe consigo. Este trabalho visa oferecer algumas reflexões desde a perspectiva do controle social na Costa Rica, exercido pelas instituições do Estado, como mecanismos de alienação de seus habitantes, a pretexto de defender a saúde pública mundial; sem querer passar por negador ou promotor de teorias da conspiração, que em nada favorecem o ser humano ao enfrentar ou se adaptar a eventos de extinção humana planetária.

Palavras-chave: Pandemia, COVID-19, controle social, alienação, instituições estatais.

MR-15 – Movimento Anticapitalista nas Américas: Uma Luta das Mulheres

1) Viviana Ribeiro – Doutoranda em Direito (PUC-Rio). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (PFI/UFF). Atualmente realiza estudos na área de filosofia política, com ênfase na luta e no pensamento de mulheres e em Bento de Espinosa e Gilles Deleuze. Ao lado disso, desenvolve pesquisas em literatura, política e memória.

RESUMO:

Embora diversas vertentes dos movimentos feministas tenham se expandido ao longo do Século XX, seja através da ampliação do debate nos espaços

públicos, alcançando um número cada vez maior de mulheres, seja através da conquista de direitos, seja em termos de maior organização no campo das lutas, ainda há uma forte resistência no campo progressista em pensar e organizar, de forma mais ampla, o movimento anticapitalista – uma luta contra as desigualdades de classe – unindo às suas fileiras o necessário debate e combate às opressões de gênero e raça em razão de dificuldades que são colocadas por ambos os grupos sociais em questão. Do lado dos progressistas tradicionais, marxistas ortodoxos e sociais democratas de esquerda, é presente a ideia de que a luta contra a desigualdade de classes congrega a questão fundamental contra o capitalismo, negando à luta contra a opressão de gênero e raça seu caráter não menos fundamental na constituição das sociedades de classe no modo capitalista. Do lado da luta contra as opressões de gênero e raça há a afirmação de que tais opressões não podem mais ser secundarizadas e precisariam ser enfrentadas de forma segmentada e específica. No entanto, é preciso dizer que na história do movimento anticapitalista, nunca a necessidade de ampliar a pauta para além da classe, incluindo as especificidades de gênero e raça, esteve fora do debate e, efetivamente, a luta do movimento anticapitalista nas Américas é uma luta das mulheres.

2) Mariana Gainza – Pesquisadora da Universidade de Buenos Aires (UBA), membro da CONICET; Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), possui graduação em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires.

RESUMEN:

Hay una coherencia sustancial en los distintos relanzamientos del neoliberalismo a lo largo de las décadas. El neoliberalismo que en la actualidad se acopla con una ola ultraconservadora global y se caracteriza por la violencia y la crueldad de los mecanismos que pone en juego contra sectores de la población convertidos en objetos de estigmatización, persecución y odio, hace una explotación ideológica de dos fantasmas que se retroalimentan, el del comunismo y el del populismo. Los feminismos

populares latinoamericanos, en cuanto son parte de las luchas antineoliberales y asumen asimismo los problemas planteados por el enfrentamiento político entre proyectos de redistribución, inclusión y expansión de las libertades, y proyectos de ajuste, exclusión y represión, son también tratados por los poderes concentrados como encarnaciones ambiguas de ese doble espectro. El “peligro” ante el cual las usinas neoliberales reaccionan es el de una potencia de transversalidad que se dice en femenino, en la medida en que participa de todas las luchas – contra la precarización de la vida, contra el hambre y en defensa del salario, por los derechos de las comunidades indígenas, por el aborto, por la libertad de expresión, contra la violencia policial, contra las farsas judiciales, contra cada asesinato y cada persecución. A tal punto que podemos afirmar que ese es el principal enemigo del autoritarismo neoliberal: la afirmación soberana de lo popular, lo democrático y lo feminista.

3) Viviane Magno – Professora do Departamento de Direito da Puc-Rio. Doutora e Mestra em Direito pela Puc-Rio, possui graduação em Direito pela Puc-Rio.

RESUMO:

A partir dos anos 2000, nove países da América do Sul assistiram à ascensão de governos identificados com as reivindicações populares. É comum a caracterização deste momento histórico como uma “onda” de governos progressistas no continente. Mais comum ainda é a elaboração de análises dedicadas a compreender suas vitórias e derrotas, inclusive o posterior recrudescimento conservador, à vista apenas de elementos conjunturais. Nesta comunicação se propõe, ao contrário, uma abordagem que retorne à gênese das causas históricas e políticas, notadamente a partir dos anos 1980, que possibilitaram a mobilização e concomitante articulação de movimentos sociais e instituições criadoras das condições de possibilidade para posterior emergência de governos progressistas. À vista desta finalidade, e como proposta de um “estudo de caso” objetivo a ser

escrutinado nesta oportunidade, será concedida especial ênfase à luta das mulheres na Argentina e no Brasil a partir da fundação da *Asociación Madres de la Plaza de Mayo* e do Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado.





Impressão: Gráfica UERJ